

ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Índice de Tabelas.....5

Índice de Figuras7

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. Introdução.....22

2. Finalidade e objetivos25

3. Tipificação dos riscos27

4. Critérios para a ativação28

PARTE II - EXECUÇÃO

1. Estruturas.....32

1.1 Estrutura de Direção Política33

1.2 Estrutura de Coordenação Política.....34

1.3 Estrutura de Coordenação Institucional.....35

1.4 Estruturas de Comando Operacional.....37

1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....40

1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital40

2. Responsabilidades.....44

2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....44

2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil47

2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio58

3. Organização	75
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	75
3.1.1 Rede Rodoviária	75
3.1.2 Rede Ferroviária	80
3.1.3 Pontes e Viadutos.....	82
3.1.4 Aeródromos e Heliportos	84
3.1.5 Rede Telecomunicações.....	87
3.1.6 Sistemas de abastecimento de água em alta	89
3.1.7 Barragens	92
3.1.8 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	99
3.1.8.1 Energia Elétrica	99
3.1.8.2 Gás natural.....	105
3.1.8.3 Combustíveis	105
3.1.9 Indústria.....	106
3.1.9.1 Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso	106
3.1.9.2 Áreas industriais	108
3.1.10 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de socorro e proteção civil	109
3.2 Zonas de intervenção	128
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva.....	128
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços.....	129
3.3 Mobilização e coordenação de meios	130
3.3.1 Mobilização de meios	130
3.3.2 Sustentação Operacional	132
3.4 Notificação operacional	133
 4 Áreas de Intervenção.....	 135
4.1 Gestão administrativa e financeira	135
4.2 Reconhecimento e avaliação	140
4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica	142

4.3	Logística	144
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção	144
4.3.2	Apoio logístico às populações	148
4.4	Comunicações	153
4.5	Informação pública	156
4.6	Confinamento e/ou evacuação	160
4.7	Manutenção da ordem pública	166
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas	171
4.8.1.	Emergência Médica.....	171
4.8.2.	Apoio Psicológico	175
4.9	Socorro e salvamento.....	180
4.10	Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1.	Inventário de meios e recursos	193
2.	Lista de contactos.....	233
2.1	Autoridade Nacional de Proteção Civil	233
2.1.1	Sede	233
2.1.2	Agrupamento Distrital do Sul e Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja	234
2.2	Comissão Distrital de Proteção Civil de Beja	235
2.3	Centro de Coordenação Operacional Distrital de Beja.....	239
2.3.1	Composição Fixa	239
2.3.2	Composição Variável.....	239
2.4	Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC	242
2.5	Juntas de Freguesia do distrito de Beja.....	247
2.6	Corpos de Bombeiros do distrito de Beja.....	254
2.7	Unidades Hospitalares/Centros de Saúde	257
2.8	Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros do distrito de Beja	259
2.9	Entidades Cooperantes	261
2.10	Agrupamentos Escolares.....	267
2.11	Organizações Não Governamentais.....	270

2.12 Órgãos de Comunicação Social	270
3. Modelos	272
3.1 Modelos de Relatórios	272
3.2 Modelos de Requisições	304
3.3 Modelos de Comunicados	305
4. Lista de distribuição	309
4.1 Serviços de Proteção Civil	309
4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja	309
4.3 Agentes de Proteção Civil	310
4.4 Organismos e Entidades de Apoio	311

ANEXOS

ANEXO I - Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil....	313
ANEXO II - Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano.	348
1. Medidas de prevenção, mitigação, proteção e autoproteção	349
1.1. Estratégias gerais	350
1.2. Estratégias específicas	351
2. Programa de Exercícios	366
ANEXO III - Diagrama da Rede Rádio Distrital	367

Índice de Tabelas

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Tabela I. 1 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas	27
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Tabela II. 1.– Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	44
Tabela II. 2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	47
Tabela II. 3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	58
Tabela II. 4 – Extensão da rede nacional rodoviária distribuída por tipo de rede rodoviária	75
Tabela II. 5 – Desagregação da rede nacional rodoviária no distrito de Beja	77
Tabela II. 6 – Número de passagens de nível segundo a sua tipologia para os municípios de Beja.....	81
Tabela II. 7 – Obras de arte da rede rodoviária	82
Tabela II. 8 – Principais características técnicas das pistas do distrito de Beja	85
Tabela II. 9 – Localização dos Centros de Meios Aéreos e indicação das aeronaves aí estacionadas em 2014	85
Tabela II. 10– Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes nos municípios inseridos no distrito de Beja	90
Tabela II. 11 – Características gerais das principais barragens do distrito de Beja	93
Tabela II. 12 – Características específicas das principais barragens do distrito de Beja	96
Tabela II. 13 – Parques eólicos existentes no distrito	102
Tabela II. 14 – Parques fotovoltaicos/solares existentes no distrito	103
Tabela II. 15 – Centrais hidroelétricas existentes no distrito	104
Tabela II. 16– Postos de abastecimento de combustível por concelho	105
Tabela II. 17 – Estabelecimento abrangido pelo nível superior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Tabela II. 18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	107
Tabela II. 19 – Áreas industriais existentes no distrito	108
Tabela II. 20 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Beja.....	110
Tabela II. 21 – Edifícios e locais de utilização coletiva e outras infraestruturas no distrito de Beja.....	111
Tabela II. 22 – Outras infraestruturas no distrito de Beja	112
Tabela II. 23 – Localização das Zonas de Receção de Reforços	130
Tabela II. 24 - Grau de prontidão e de mobilização	132
Tabela II. 25 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	134
Tabela II. 26 – Gestão administrativa e financeira	135
Tabela II. 27 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
Tabela II. 28 – Equipas de Avaliação Técnica	142
Tabela II. 29 – Apoio logístico às forças de intervenção.....	144

Tabela II. 30 – Apoio logístico às populações	148
Tabela II. 31 – Comunicações	153
Tabela II. 32 – Informação pública	156
Tabela II. 33 – Confinamento e/ou evacuação	160
Tabela II. 34 – Manutenção da ordem pública	166
Tabela II. 35 – Serviços médicos e transporte de vítimas	171
Tabela II. 36 – Apoio psicológico	175
Tabela II. 37 – Socorro e salvamento	180
Tabela II. 38 – Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIO, MODELOS E LISTAGENS

Tabela III. 1 – Meios e Recursos	193
--	-----

ANEXOS

Tabela All.1 – Estratégias de mitigação para ondas de calor	352
Tabela All.2 – Estratégias de mitigação para vagas de frio	352
Tabela All.3 – Estratégias de mitigação para seca	352
Tabela All.4 – Estratégias de mitigação para cheias e inundações	353
Tabela All.5 – Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros	354
Tabela All.6 – Estratégias de mitigação para sismo	354
Tabela All.7 – Estratégias de mitigação para tsunamis	355
Tabela All.8 – Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes	356
Tabela All.9 – Estratégias de mitigação para erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas	357
Tabela All.10 – Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares	358
Tabela All.11 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários	359
Tabela All.12 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários	360
Tabela All.13 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais	360
Tabela All.14 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos	360
Tabela All.15 – Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas	360
Tabela All.16 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos	361
Tabela All.17 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos	362
Tabela All.18 – Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos	363
Tabela All.19 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)	363
Tabela All.20 – Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva	364
Tabela All.21 – Estratégias de mitigação para emergências radiológicas	364
Tabela All.22 – Estratégias de mitigação para incêndios florestais	364
Tabela All.23 – Estratégias de mitigação para rutura de barragens	365

Índice de Figuras

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Figura I. 1 - Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	23
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Figura II. 1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.....	33
Figura II. 2 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO).....	39
Figura II. 3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	43
Figura II. 4 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	76
Figura II. 5 - Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	82
Figura II. 6 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja	86
Figura II. 7 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	88
Figura II. 8 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	89
Figura II. 9 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	91
Figura II. 10 – Barragens no distrito de Beja	99
Figura II. 11 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	100
Figura II. 12– Postos de abastecimento de combustível.....	106
Figura II. 13 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Figura II. 14 – Áreas industriais	109
Figura II. 15 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	113
Figura II. 16 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas.....	114
Figura II. 17 – Agentes de Proteção Civil - hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	115
Figura II. 18 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	116
Figura II. 19 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	117
Figura II. 20 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas.....	118
Figura II. 21 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de diversão noturna	119
Figura II. 22 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais	120
Figura II. 23 - Edifícios de utilização coletiva - infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	121
Figura II. 24 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	122
Figura II. 25 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	123
Figura II. 26 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	124
Figura II. 27 – Outras infraestruturas – restauração	125
Figura II. 28 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	126
Figura II. 29 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	127
Figura II. 30 – Diagrama das Zonas de Intervenção	128

ANEXOS

Figura Al. 1 – Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	314
Figura Al.2 – Divisão administrativa do distrito de Beja por NUTS II e NUTS III.....	315
Figura Al.3 – Hipsometria do distrito de Beja.....	316
Figura Al.4 – Declives do distrito de Beja	317
Figura Al.5 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Beja.....	318
Figura Al.6 – População residente no distrito de Beja, por concelho, em 2011	319
Figura Al.7 – Número de edifícios por concelho	320
Figura Al.8 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	321
Figura Al.9 – Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	322
Figura Al. 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Beja.....	323
Figura Al.11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja.....	324
Figura Al.12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	325
Figura Al.13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	326
Figura Al.14 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	327
Figura Al.15 – Barragens no distrito de Beja	328
Figura Al.16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	329
Figura Al.17 – Postos de abastecimento de combustível	330
Figura Al.18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	331
Figura Al.19 – Áreas industriais	332
Figura Al.20 – Agentes de Proteção Civil – instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	333
Figura Al.21 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas	334
Figura Al.22 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	335
Figura Al.23 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	336
Figura Al.24 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas.....	337
Figura Al.25 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas	338
Figura Al.26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais.....	339
Figura Al.27 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	340
Figura Al.28 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	341
Figura Al.29 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	342
Figura Al.30 – Outras infraestruturas – entidades de justiça	343
Figura Al.31 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	344
Figura Al.32 – Outras infraestruturas – restauração	345
Figura Al.33 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	346
Figura Al.34 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	347

PARTE III – Inventários, Modelos e Listagens

3. **Modelos**

3.1 **Modelos de Relatórios**

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à conduta das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS):** Estes relatórios englobam os dados fundamentais à avaliação da situação pela estrutura de comando e têm origem nas ERAS e/ou EAT. Os RELIS são enviados ao PCDis, de quatro em quatro horas, podendo ser transmitidos verbalmente ou por fonia através das redes de telecomunicações existentes;
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP):** Têm origem nos PCMun e PCDis e destinam-se ao PC de escalão superior e às estruturas de coordenação nacionais (CCON e CNPC). Em regra, são apresentados por escrito de seis em seis horas, na fase inicial, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação. Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS):** São emitidos pelos PCDis, obtida informação dos PCMun e enviados ao CNOS. Estes relatórios são enviados diariamente às 22 horas, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatórios Finais:** É elaborado pelo CCOD e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas. Constam também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.



RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT

Distrito: BEJA

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

2. Danos Pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:

3. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro (não se aplica)			
Pontes / Viadutos / Túneis			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			

5. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro (não se aplica)			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

7. Outras Informações

Povoações em perigo / isoladas	
Habitacões em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	

8. Necessidades

Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O Chefe da Equipa



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)

PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)

Distrito: BEJA

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

Concelho(s)

2. Descrição sumária da situação de emergência

3. Danos pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:

4. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

5. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro (não se aplica)			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Metro (não se aplica)			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

7. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

8. Situação Operacional

Bombeiros	Homens		DGAM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
Forças Armadas	Homens		CVP	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	
GNR	Homens		INEM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	

PSP	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Outros			Outros	

9. Organização do Teatro de Operações (TO)

Localização do PC	
Localização de ZCR's	
Localização de ZCAP's	
Localização de ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	
Id. Cmdts. Setores	

10. Comissões de Proteção Civil reunidas:

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

11. Centro Coordenação Operacional Distrital (CCOD)

GDH Ativação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

12. Declaração da Situação de Alerta e/ou Contingência

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

13. Planos de Emergência de Proteção Civil ativados

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

14. Outras Informações

Habitações em perigo	
Povoações em perigo e /ou isoladas	
Resumo das ocorrências	
Outras: _____	
Outras: _____	
Outras: _____	

15. Necessidades	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O responsável pelo Posto de Comando



RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DIÁRIO (às 22 horas)

PCDis: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ Hora: _____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3. DANOS ESTIMADOS

3.1 PESSOAS

	Nº		Nº
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

Anexo A: - Lista Identificativa de Pessoas Envolvidas

3.2 EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

Anexo B: - Lista de Edifícios Afetados

3.3 VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias / Meios	Condicionadas	Cortadas	Colapsadas
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro (não se aplica)			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeroportos/Aeródromos/Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo C: - Lista de Vias de Comunicação Afetadas

3.4 TRANSPORTES / MAQUINARIA

Transportes	Danos ligeiros	Danos Graves	Destruidos
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro (não se aplica)			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Maquinaria			
Outros: _____			

Anexo D: - Lista dos Transportes / Maquinaria Afetados

3.5 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsadas (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

Anexo E: - Lista de Redes Afetadas

3.6 ABASTECIMENTOS (Alimentação, Combustíveis, Vestuário, etc)

3.7 AMBIENTE (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminações, etc)

3.8 SAÚDE PÚBLICA

3.8.1 Hospitais / Centros de Saúde

Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.2 Posto médico avançado / de triagem / de socorro

Estrutura / Local	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.3 Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte

3.8.4 Evacuação médica especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Comboio	Outros

4. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade)		
Temperatura		
Humidade relativa		
Precipitação		

5. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	POC Nome/Função

6. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO

6.1 DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

6.2 DE OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

7. REDES DE COMUNICAÇÕES

7.1 PROTEÇÃO CIVIL

7.2 BOMBEIROS

7.3 OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

7.4 OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

8. CENTRO COORDENAÇÃO OPERACIONAL DISTRITAL (CCOD)

GDH Ativação	GDH Desativação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

Nota: GDH = DDHHMMmmmmAA

9. SITUAÇÃO DE ALERTA/CONTINGÊNCIA/CALAMIDADE

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

Multiplicar esta tabela pelo número de vezes necessárias

10. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL REUNIDAS

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

11. PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL ATIVADOS

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

12. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgação de notícias da situação de emergência:

Colaboração nas ações de informação pública:

13. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO

Designação	Custo (€ 1.000)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	

14. OBSERVAÇÕES

Avaliação	Obs
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de proteção civil	
Ativação das Comissões de Proteção Civil	
Ativação de Planos de Emergência de Proteção Civil	
Situação dos Planos de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	
Necessidade de programas de	

Avaliação	Obs
reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros	

Outros comentários

15. ANEXOS

(Relacionar os anexos incluídos)

Data	Hora	Responsável pelo PCDis

Visto



RELATÓRIO FINAL DA EMERGÊNCIA



1. Localização

Distrito	BEJA	Freguesia	
Concelho		Localidade/ Lugar	

2. Ocorrência

Tipo/ Natureza da Ocorrência		
Alerta	GDH	
	Fonte	
Breve descrição/desenvolvimento da ocorrência		
Causa		Observações
Nevões		
Ondas de Calor		
Vagas de Frio		
Ventos Fortes		
Secas		
Cheias e/ou Inundações		
Inundações e Galgamentos Costeiros		
Tsunamis		
Movimentos de Massa em Vertentes		
Recuo e Instabilidade de Arribas		
Destruição de Praias e Sistemas Dunares		

2. Ocorrência

Acidentes Rodoviários		
Acidentes Ferroviários		
Acidentes Fluviais/Marítimos		
Acidentes Aéreos		
Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas		
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos		
Incêndios Urbanos		
Incêndios em Centros Históricos		
Colapso de Túneis, Pontes e Infraestruturas		
Rutura de barragens		
Colapso de Edifícios com Elevada Concentração Populacional		
Emergências Radiológicas		
Incêndios Florestais		
Outra		

3. Meios Intervenientes nas Operações

Entidade	Nº de Operacionais	Nº de Veículos	Outros meios
TOTAL			

4. Eficácia dos Meios de Resposta

Entidade	Eficácia					Observações
	Muito boa	Boa	Satisfa- tória	Pouco eficiente	Nada eficiente	

5. Posto de Comando Distrital

Localização do PCDis		
Apoio Técnico no PCDis	Entidade	Nome
Responsável pelo PCDis	Nome	GDH

6. Danos Humanos

População		Feridos		Mortos	Eva- cuados	Desa- lojados	Desapa- recidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
Masculino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
TOTAIS							

7. Danos em Animais

Espécie	Mortos	Feridos	Observações
TOTAIS			

297

9. Danos em Vias de Comunicação

Tipo de Via	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
AE				
IP				
IC				
EN				
EM				
Ferrovia				
Outros:				
Outros:				

10. Danos em Veículos

Tipo de Veículo	Destruidos	Danificados	Observações
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de passageiros			
Motociclos			
Outros:			
Outros:			
TOTAIS			

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de gás				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outros:				
Outros:				
Outros:				

12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada da PSP				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outras:				
Outras:				

13. Danos Ambientais			
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, nº)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços florestais			
Fauna			
Flora			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			

14. Assistência fornecida à População				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência médica				
Evacuação médica				
Hospitais				
Centros de saúde				
Postos de socorro				
Postos de triagem				
Alimentação/ água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e agasalhos				
Apoio psicológico				

14. Assistência fornecida à População				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Apoio social				
Outros:				
Outros:				

15. Realojamento			
Local de Realojamento	Número	Local de Realojamento	Número
TOTAL		TOTAL	

16. Apreciação Global das Operações e da Organização

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação institucional			
Comando operacional			
Articulação entre agentes e entidades			
Integração de grupos de reforço e assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da informação			
Evacuações			
Ordem pública			
Outros			
Outros			
Outros			

17. Ações de Reabilitação

Realizadas (breve descrição)

--

Previstas (breve descrição)

--

18. Estimativa de Custos	
Dano	Custo (euros)
TOTAL	

19. Comentários Finais
Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.

20. Responsável pela Elaboração do Relatório	
Hora e Data	_____
	(Assinatura)

3.2 Modelos de Requisições

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

 <p>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</p> <p>ANPC AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL</p>	MODELO DE REQUISIÇÃO
--	-----------------------------

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

Entidade Requisitada:	
Produto/Equipamento/Serviço:	
Código:	
Quantidade:	

Finalidade:

O responsável,

3.3 Modelos de Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados em II-4.5. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

3.3.1. Modelo de aviso à população



AVISO À POPULAÇÃO

ANPC/Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja



DATA E HORA DE EMISSÃO:

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

AVISO Nº___/201__

OCORRÊNCIA *(indicar o tipo de ocorrência)*

No seguimento de informação recebida de _____ *(indicar a entidade)*
no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Beja da Autoridade
Nacional de Proteção Civil (ANPC), salienta-se:

Para o período compreendido entre _____ e _____ *(indicar se corresponde
ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):*

(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Vento – Do quadrante NW com intensidade 40-60km/h no litoral e 50-70km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80km/h no litoral e os 100km/h, nas terras altas;
- Precipitação – moderada contínua (10mm/3h) passando a regime de aguaceiros (10mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;
- Agitação marítima – na costa ocidental de NW a variar entre os 4-6m, podendo a altura máxima chegar aos 8-10m;
- ...

Acompanhe as previsões em _____ *(indicar o sítio da internet)*.

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: *(Indicar os efeitos
expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- *Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;*
- *Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;*
- *Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;*
- *Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;*
- *Danos em estruturas montadas ou suspensas;*
- *Possíveis acidentes na orla costeira;*
- *Danos em estruturas junto à orla costeira;*
- ...

MEDIDAS PREVENTIVAS

A ANPC/CDOS recorda que **o eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados**, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de autoproteção para estas situações, nomeadamente: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- *Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;*
- *Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;*
- *Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;*
- *Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;*
- *Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte;*
- ...

3.3.2. Modelo de comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências



COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

COMUNICADO Nº _____

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP's).

Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

Previsão do próximo comunicado:

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

ANPC/ CDOS de Beja

4. Lista de distribuição

4.1 Serviços de Proteção Civil

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
ANPC – Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS)
ANPC – Comandante do Agrupamento Distrital do Sul
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja (CDOS Beja)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora (CDOS Évora)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro (CDOS Faro)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (CDOS Setúbal)
Câmara Municipal de Aljustrel
Câmara Municipal de Almodôvar
Câmara Municipal de Alvito
Câmara Municipal de Barrancos
Câmara Municipal de Beja
Câmara Municipal de Castro Verde
Câmara Municipal de Cuba
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
Câmara Municipal de Mértola
Câmara Municipal de Moura
Câmara Municipal de Odemira
Câmara Municipal de Ourique
Câmara Municipal de Serpa
Câmara Municipal de Vidigueira

4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja

Presidente da Câmara Municipal de Beja
Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel
Presidente da Câmara Municipal de Barrancos
CDOS de Beja
EMGFA
Capitania do Porto de Sines
Capitania do Porto de Vila Real Santo António
Agência Portuguesa do Ambiente - ARH do Alentejo

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo do ICNF
Centro Distrital de Segurança Social de Beja
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARS) / Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/DSRA-Direção de Serviços Região Alentejo
Comando Territorial de Beja da Guarda Nacional Republicana
Comando Distrital de Beja da Polícia de Segurança Pública
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Delegação Regional de Beja
Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
Liga dos Bombeiros Portugueses
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

4.3 Agentes de Proteção Civil

Corpos de Bombeiros	CB Aljustrel
	CB Almodôvar
	CB Alvito
	CB Barrancos
	CB Beja
	CB Castro Verde
	CB Cuba
	CB Ferreira do Alentejo
	CB Mértola
	CB Moura
	CB Odemira
	CB Ourique
	CB Serpa
	CB Vidigueira
GNR	Comando Territorial de Beja
PSP	Comando Distrital de Beja
Forças Armadas	Estado-Maior-General das Forças Armadas
AM/PM	Capitania do Porto de Sines
	Capitania do Porto de Vila Real de Santo António

	Comando Local da Polícia Marítima
Autoridade Nacional da Aviação Civil	
Instituto Nacional de Emergência Médica	
Sapadores Florestais	

4.4 Organismos e Entidades de Apoio³²

Associações Humanitárias de Bombeiros do distrito de Beja
Ministério Público
Instituto de Registos e Notariado
Administração Regional de Saúde do Alentejo
Hospitais e Agrupamentos de Centros de Saúde
Cáritas Portuguesas
Misericórdias
Cruz Vermelha Portuguesa
Organização de Radioamadores
Concessionários de Autoestradas – Brisa, Autoestradas de Portugal, S.A.
Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água: - Águas Públicas do Alentejo - EMAS
EDP
REN
Instituto Português do Mar e da Atmosfera
Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público

³² Que não integram a CDPC

ANEXOS

ANEXO I

Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil

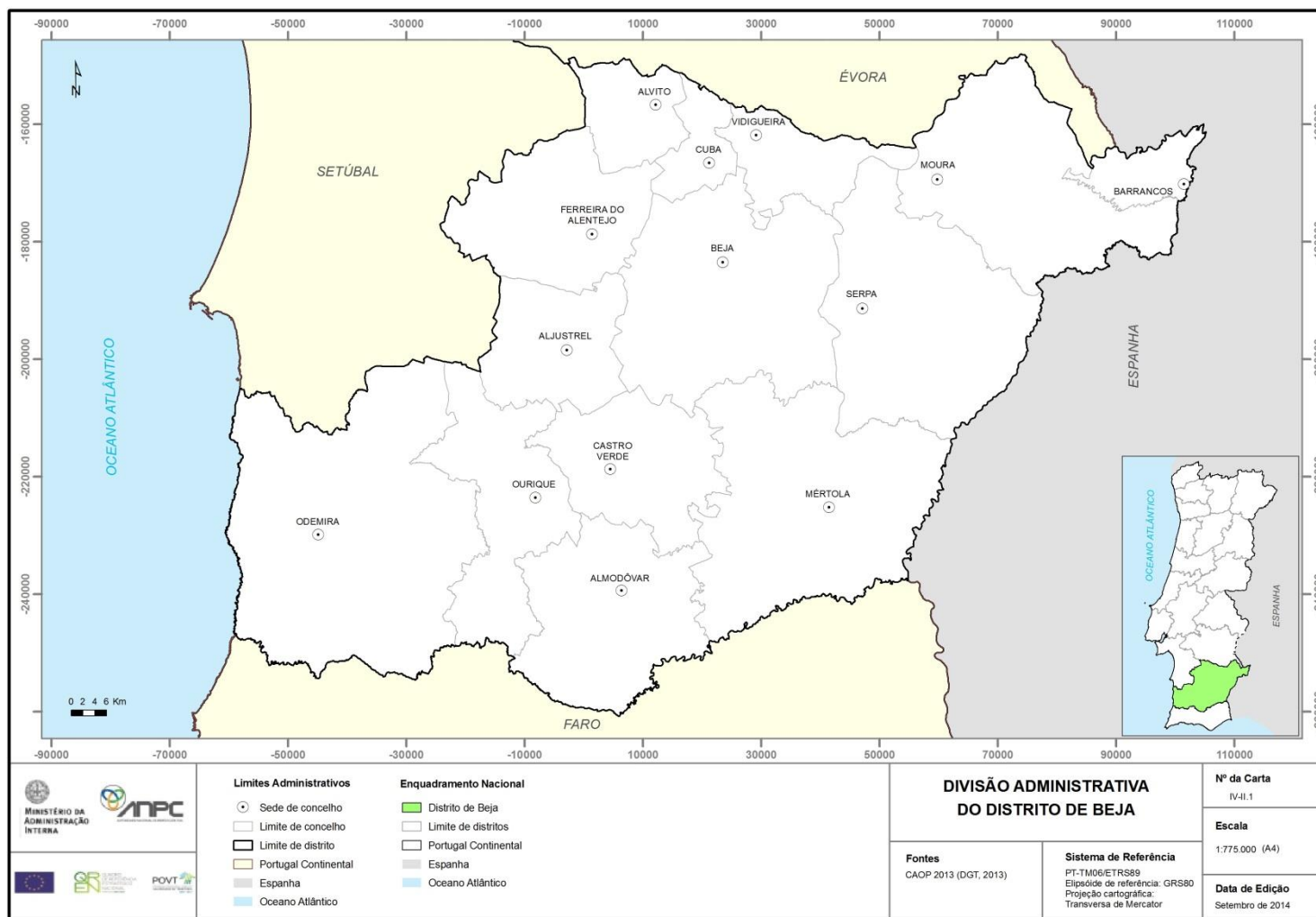


Figura AI. 1 – Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos

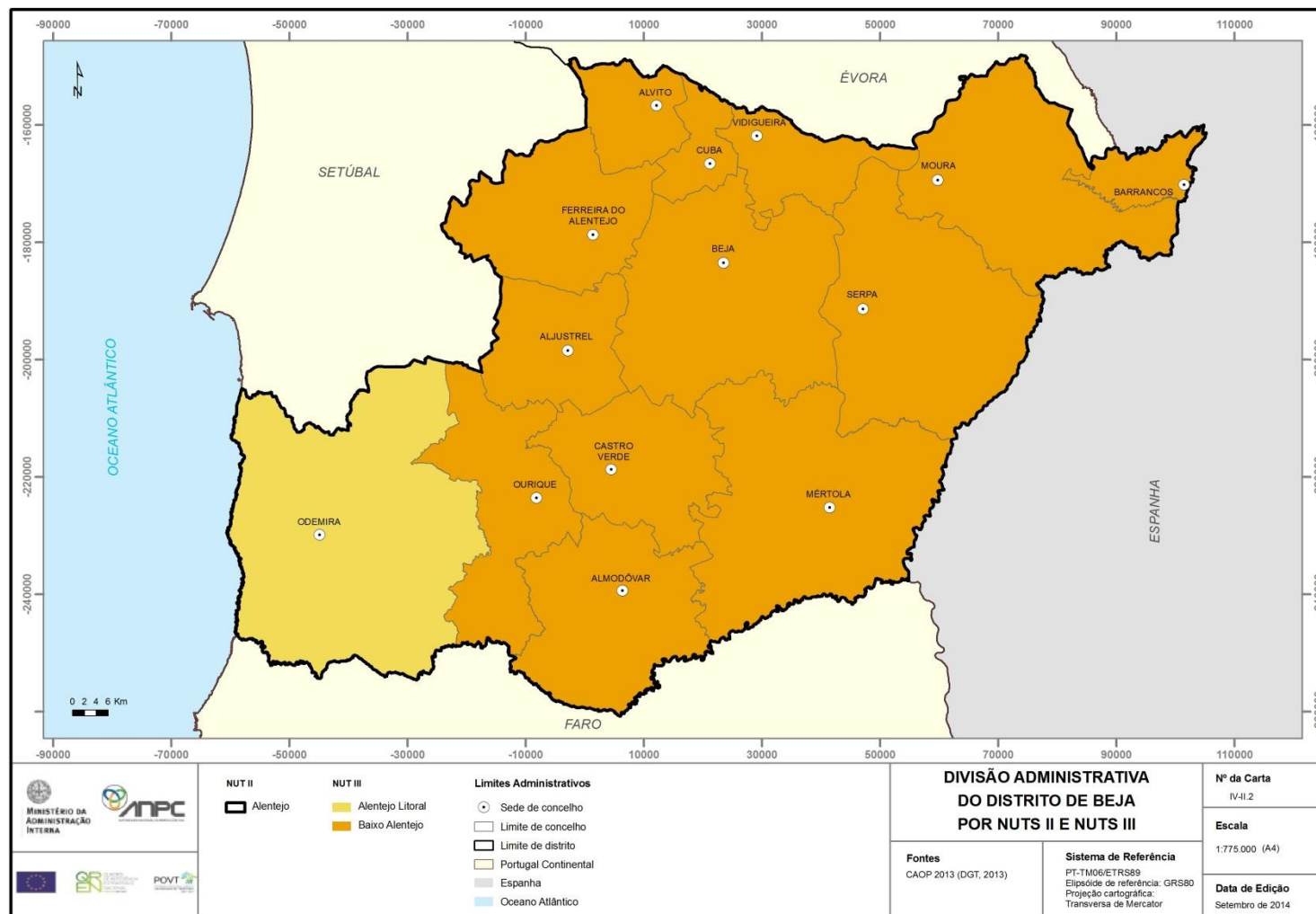


Figura A1.2 – Divisão administrativa do distrito de Beja por NUTS II e NUTS III

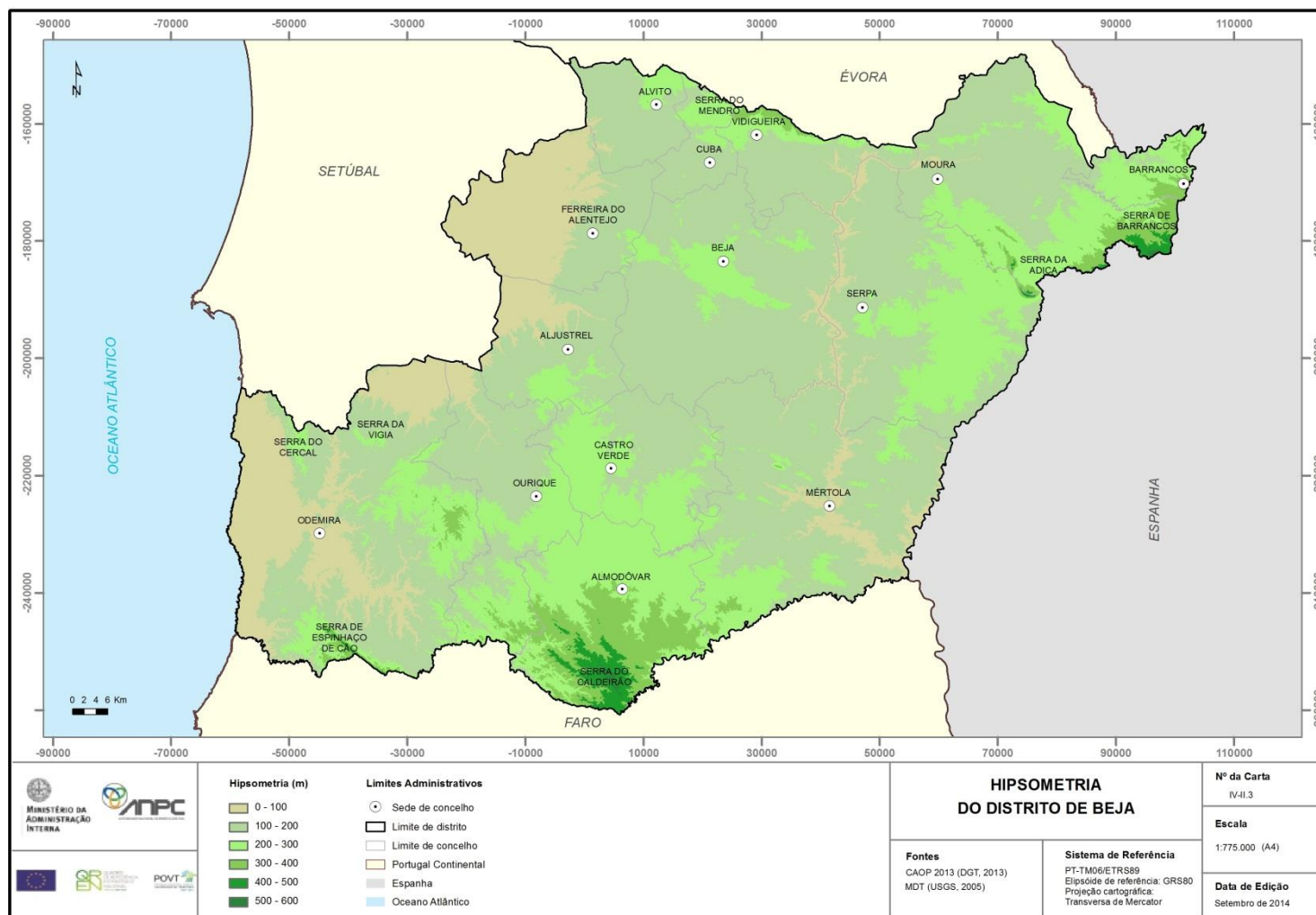


Figura A1.3 – Hipsometria do distrito de Beja

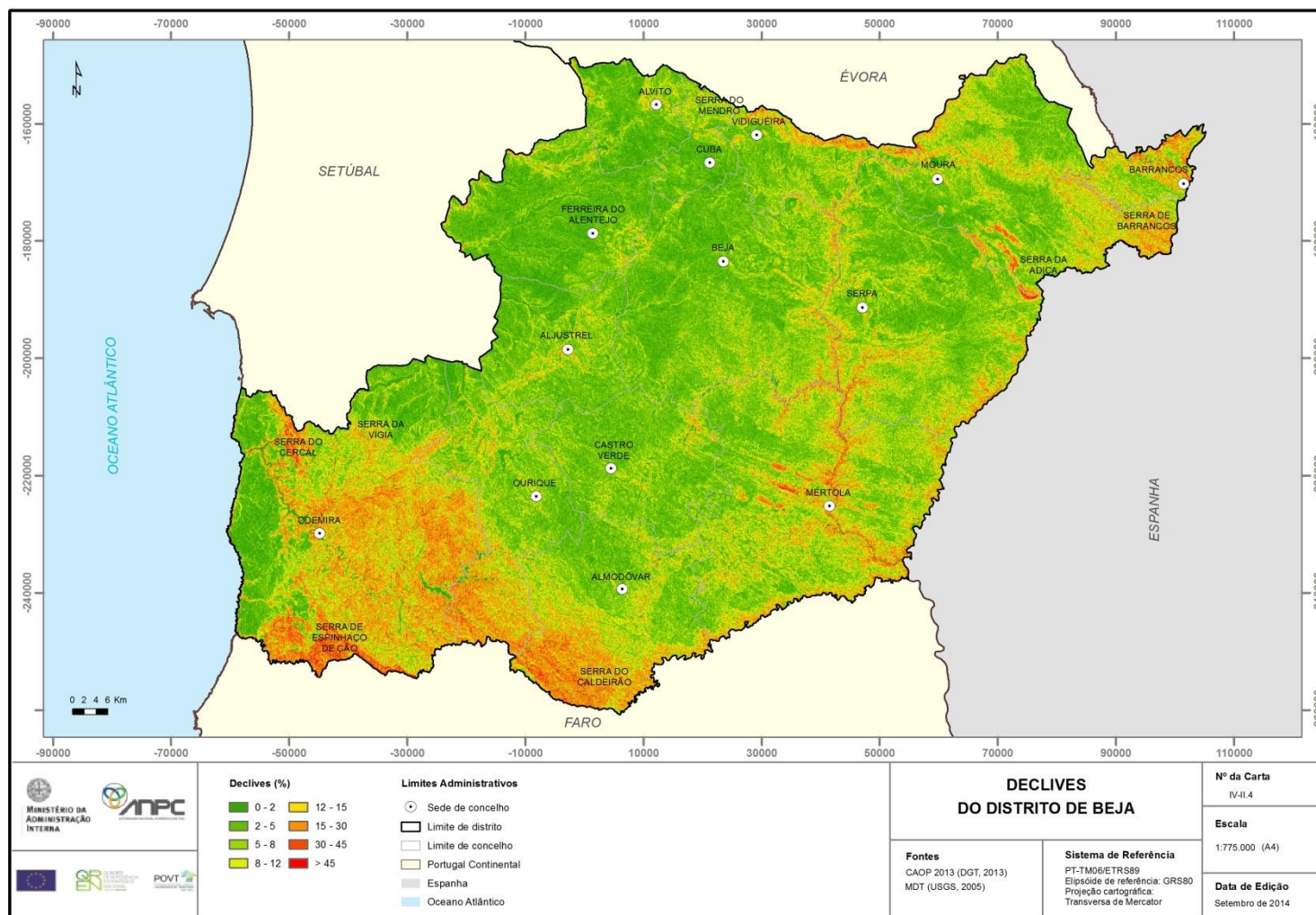


Figura A1.4 – Declives do distrito de Beja

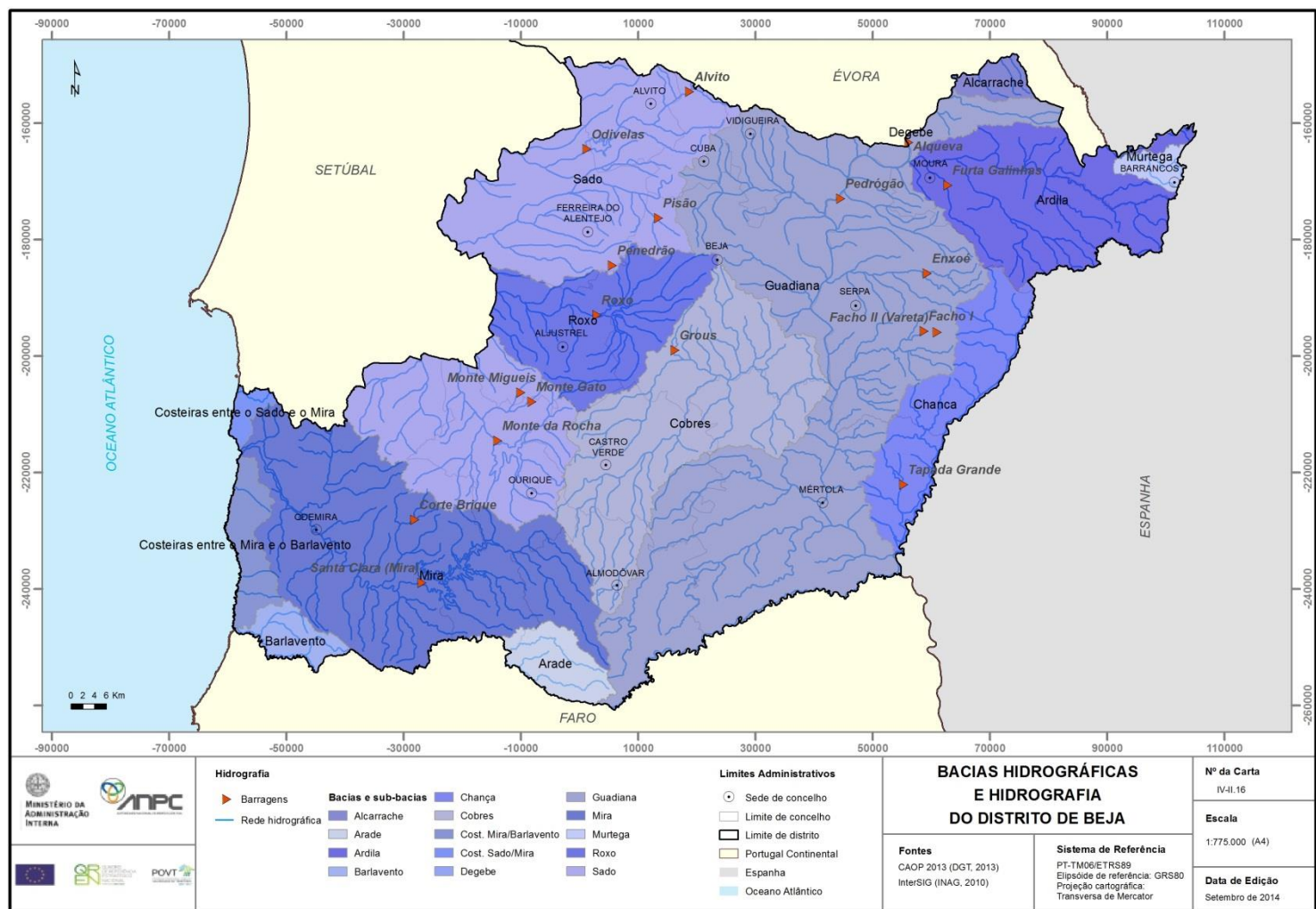


Figura A1.5 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Beja

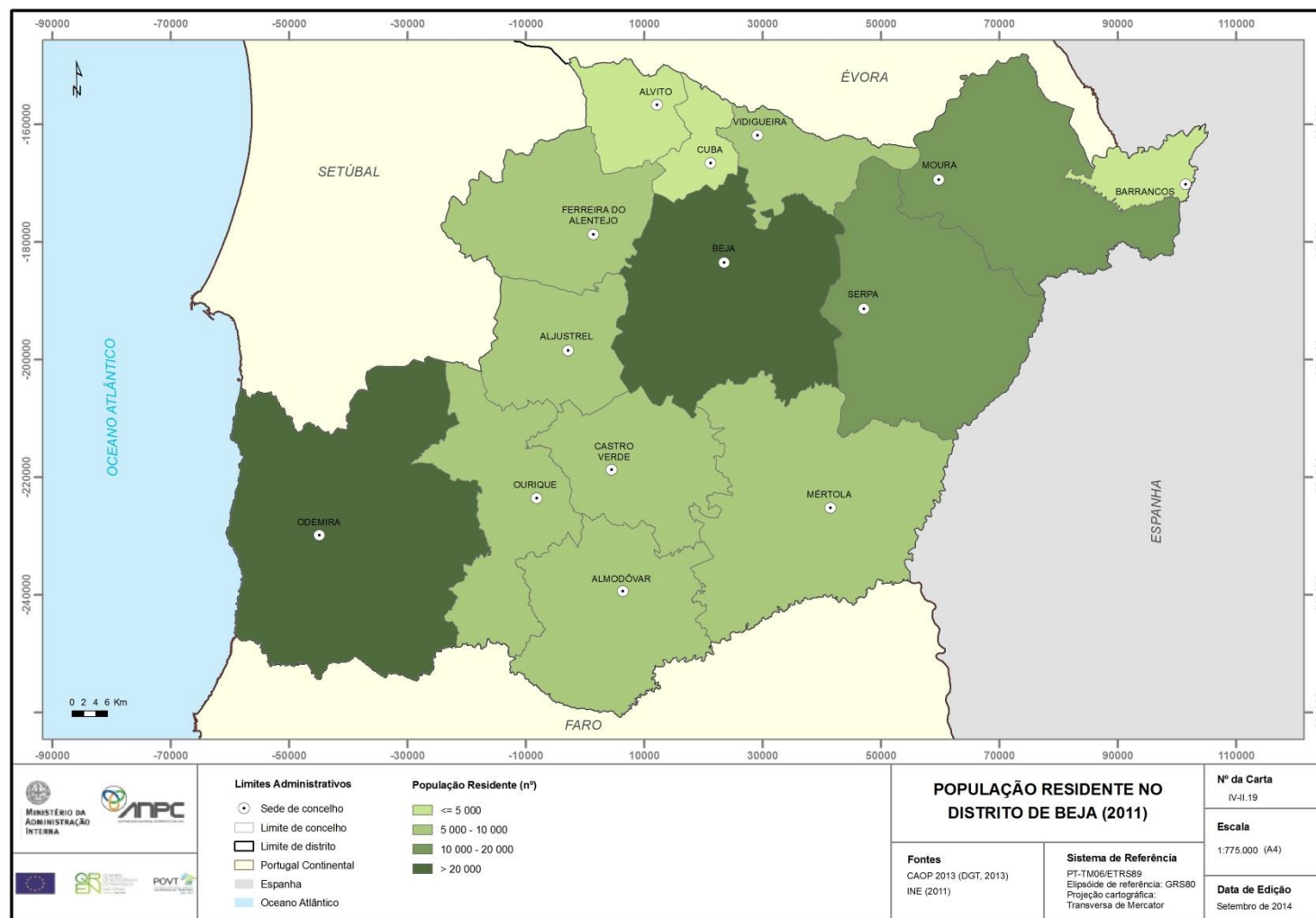


Figura A1.6 – População residente no distrito de Beja, por concelho, em 2011

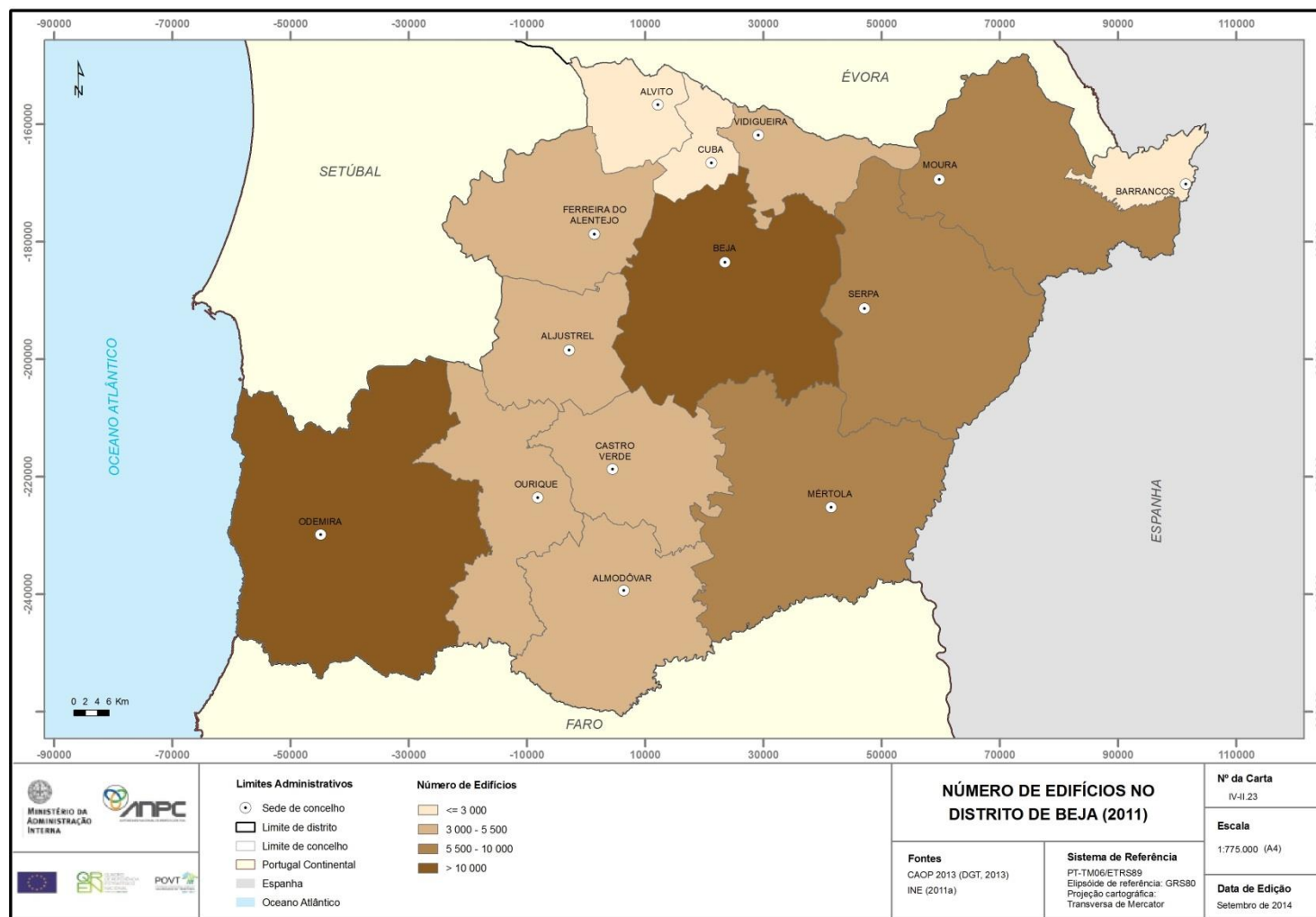


Figura A1.7 – Número de edifícios por concelho

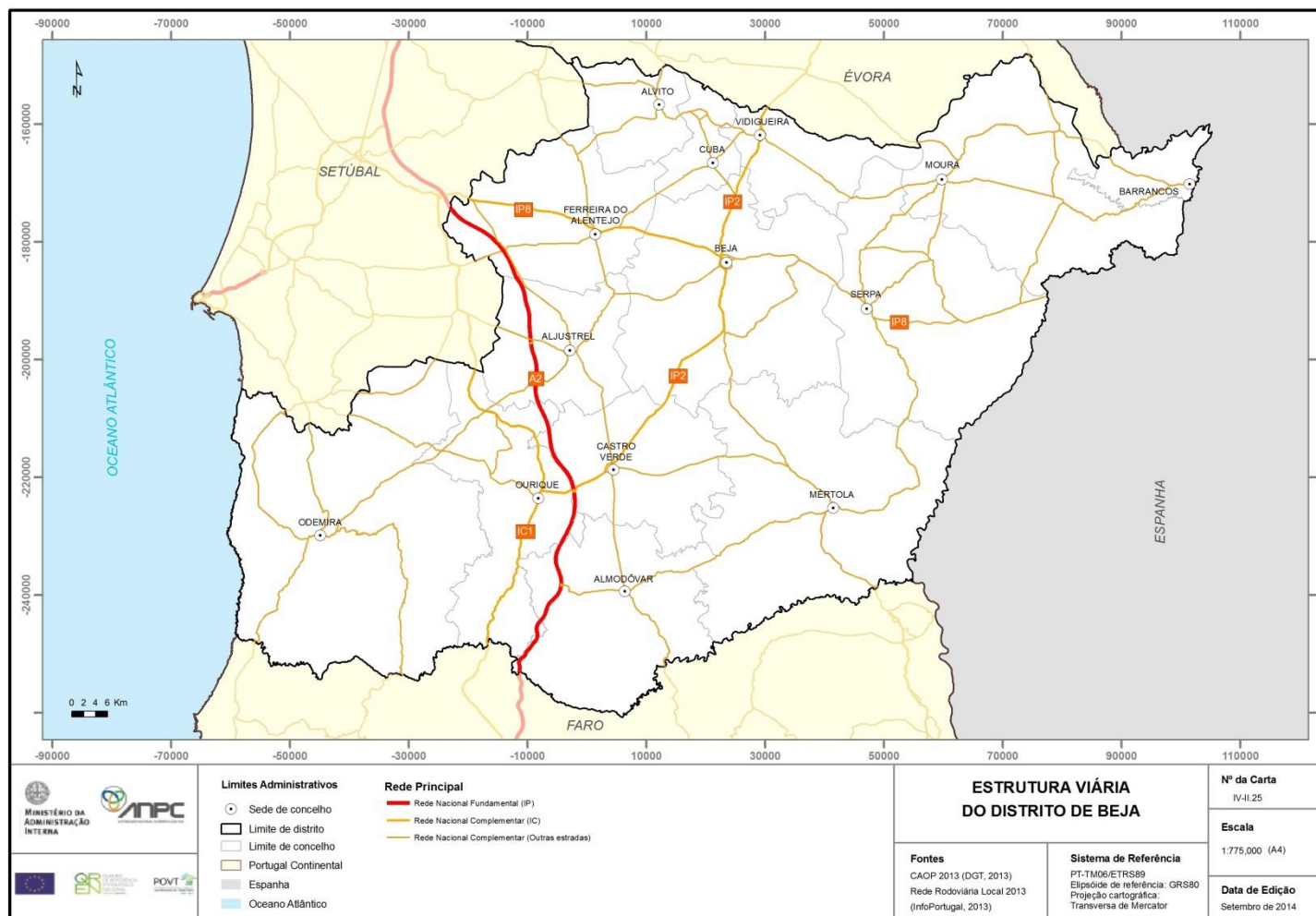


Figura A1.8 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja³³

³³ O IP1 e a A2 são a mesma rodovia.

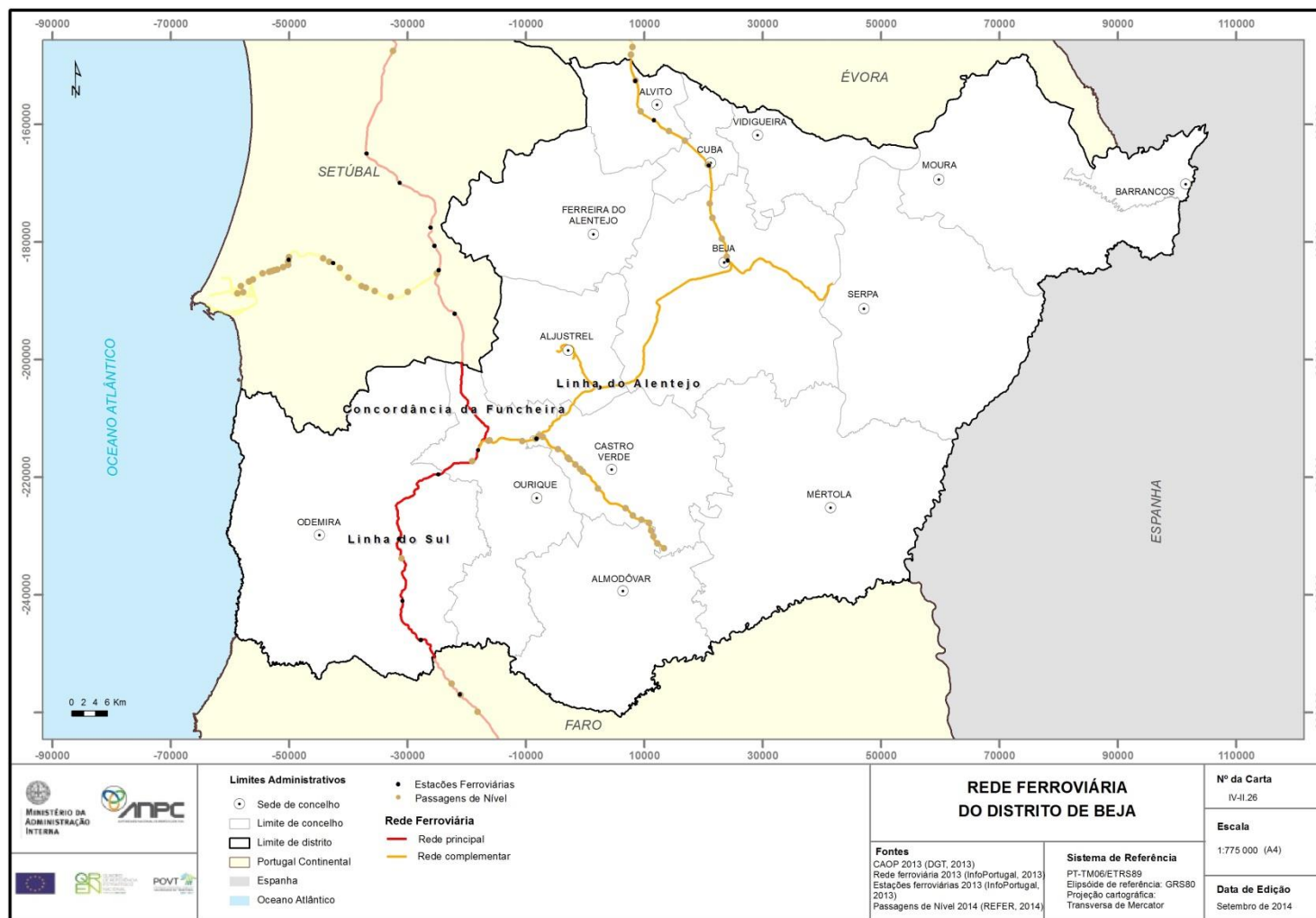


Figura A1.9 – Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja

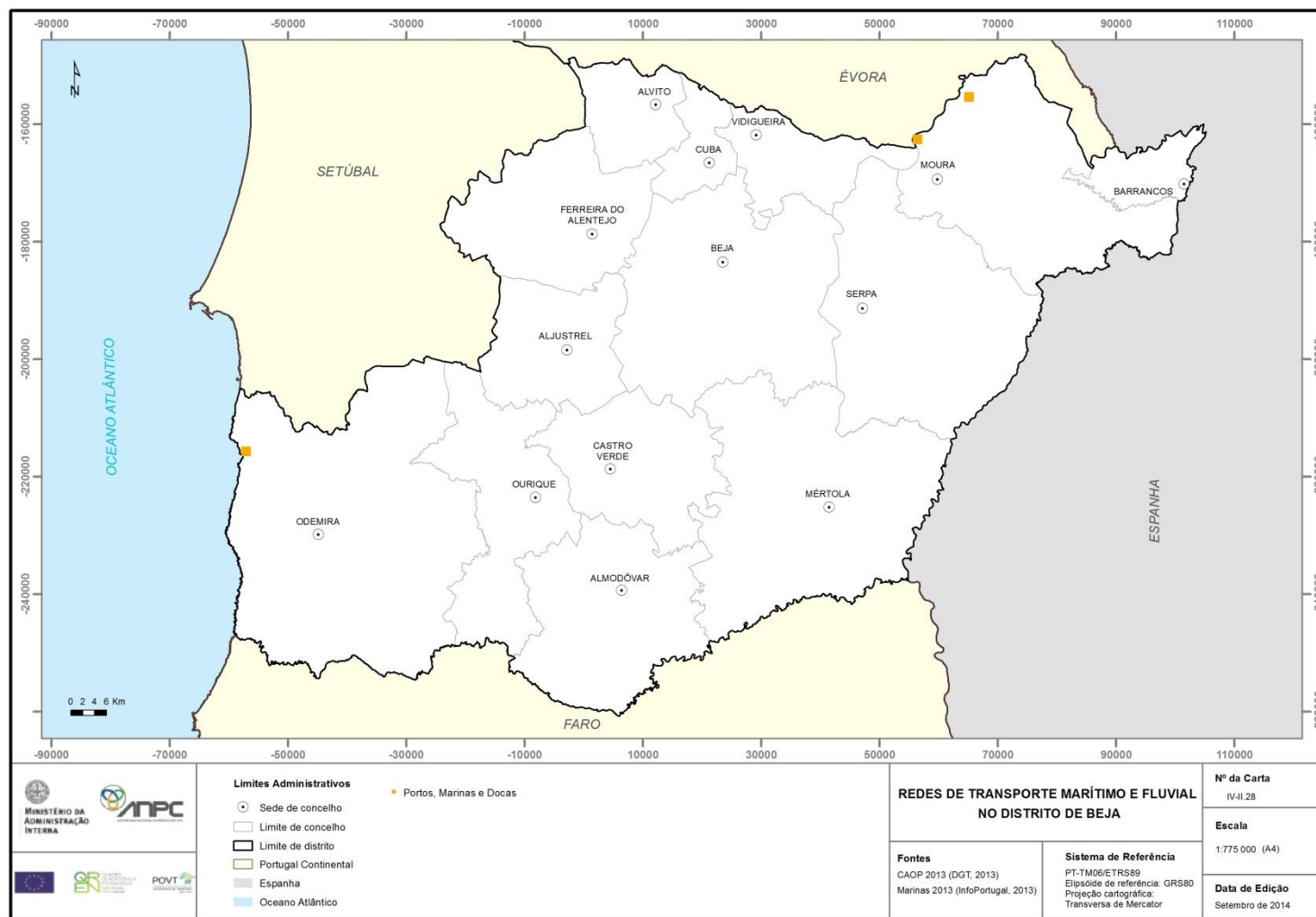


Figura AI. 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Beja

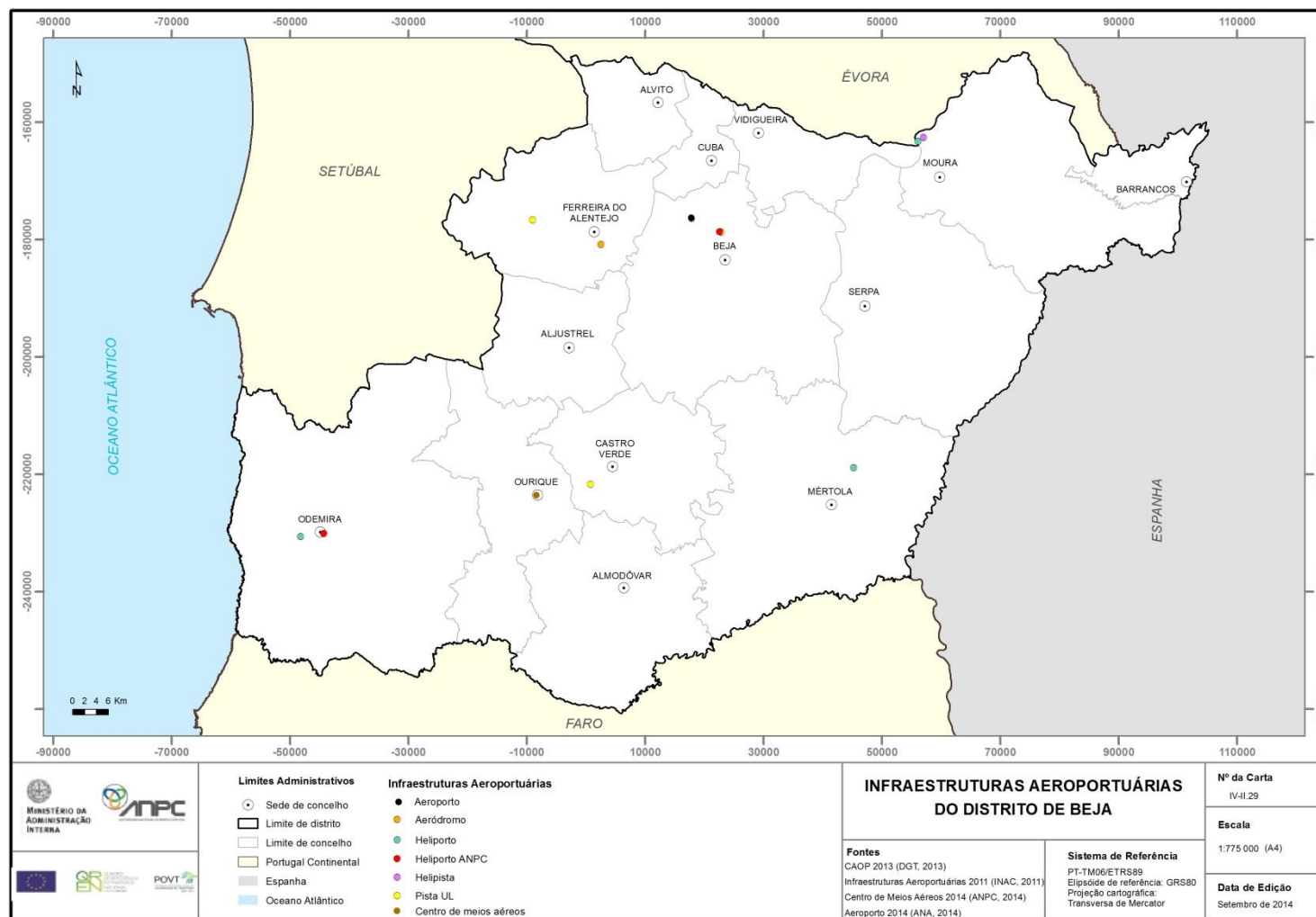


Figura A1.11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja

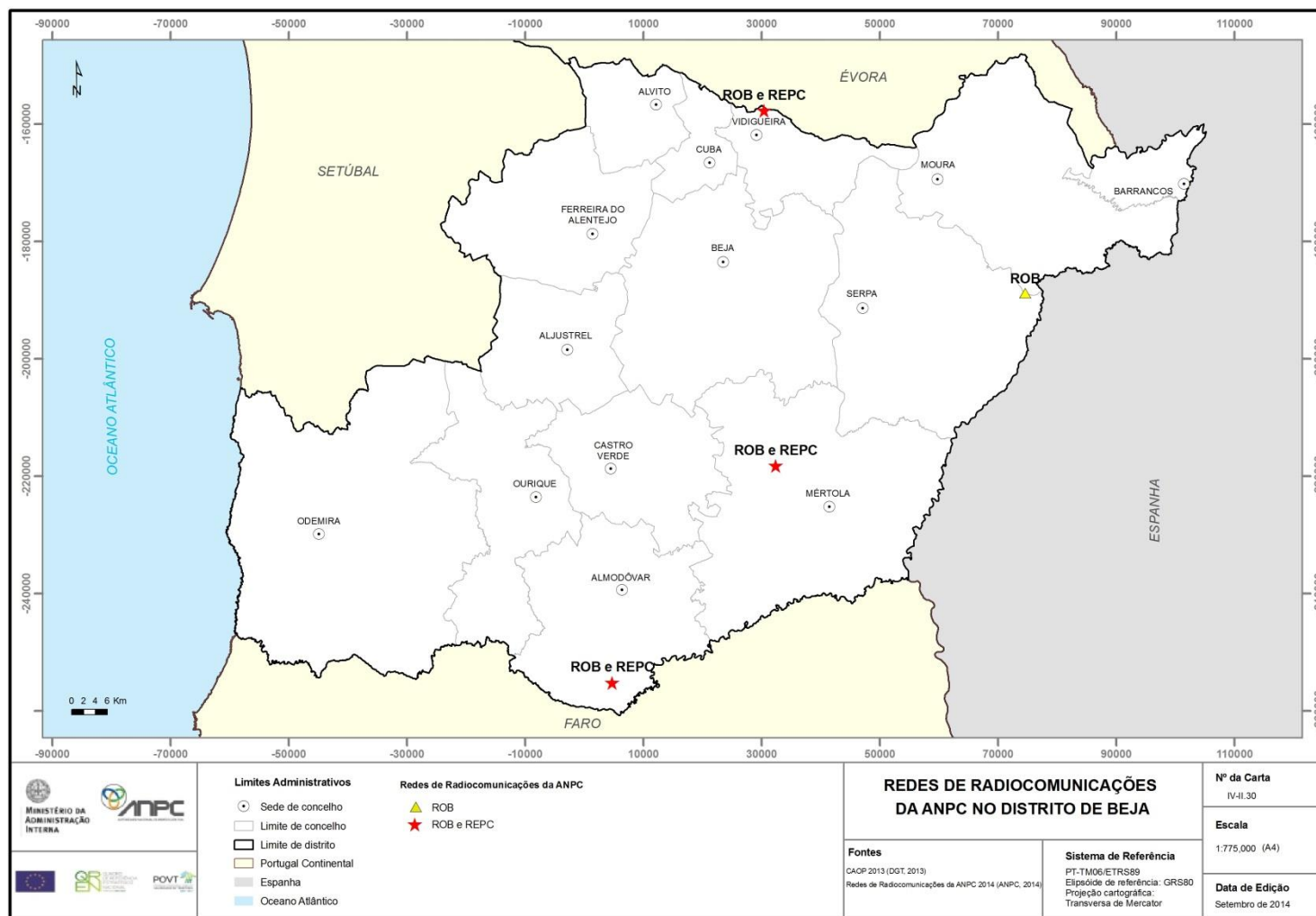


Figura A1.12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC

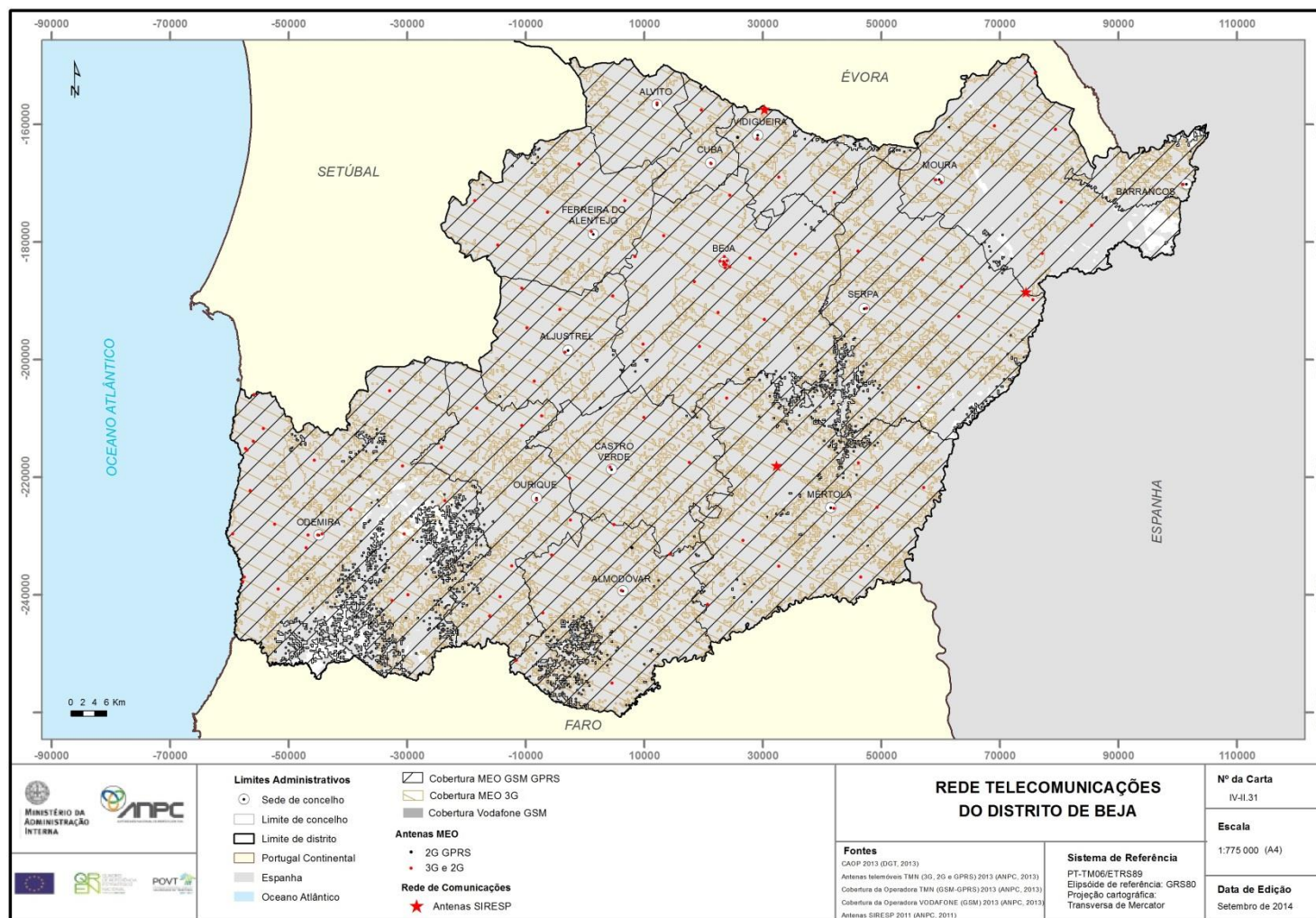


Figura A1.13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja

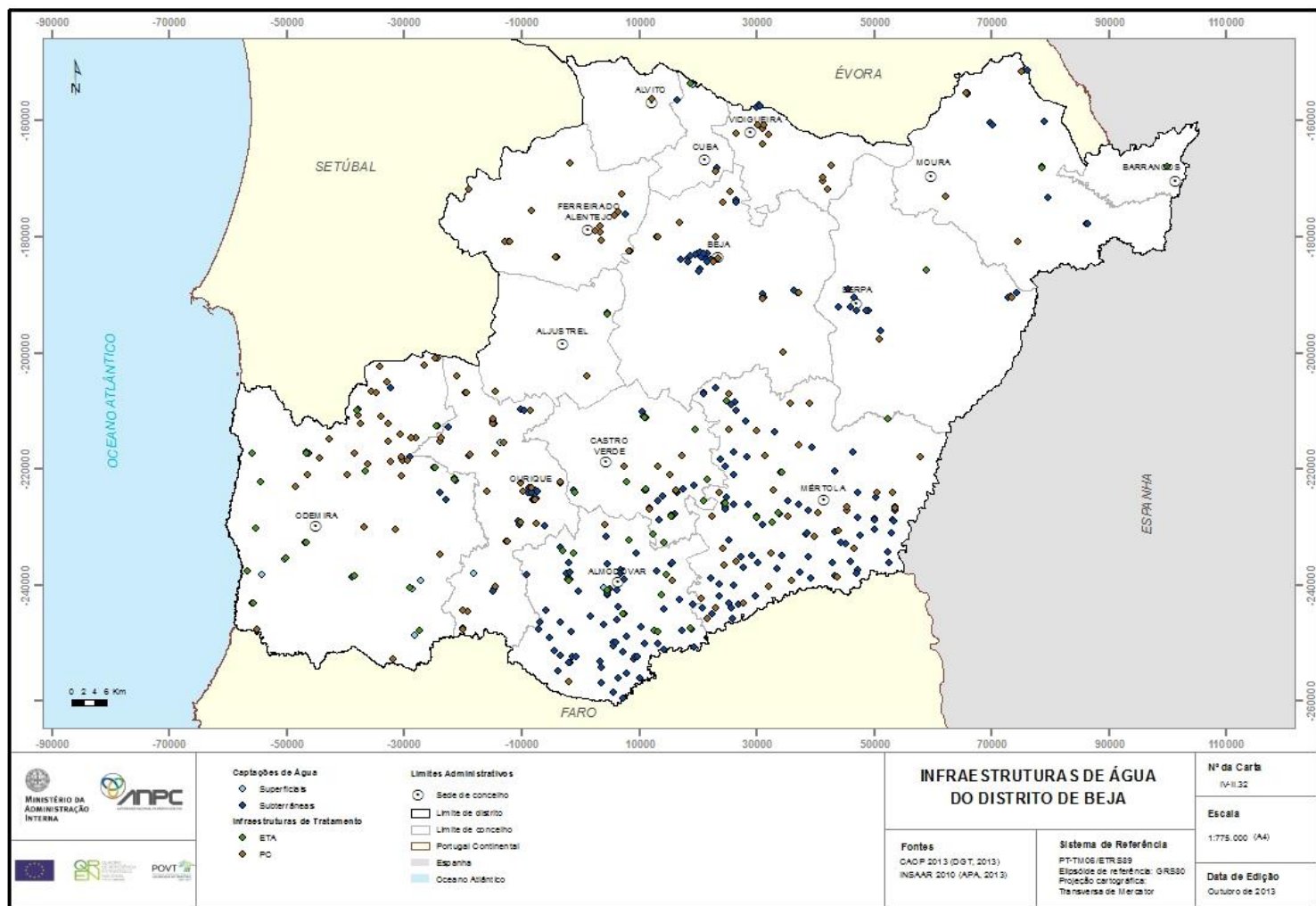


Figura A1.14 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja

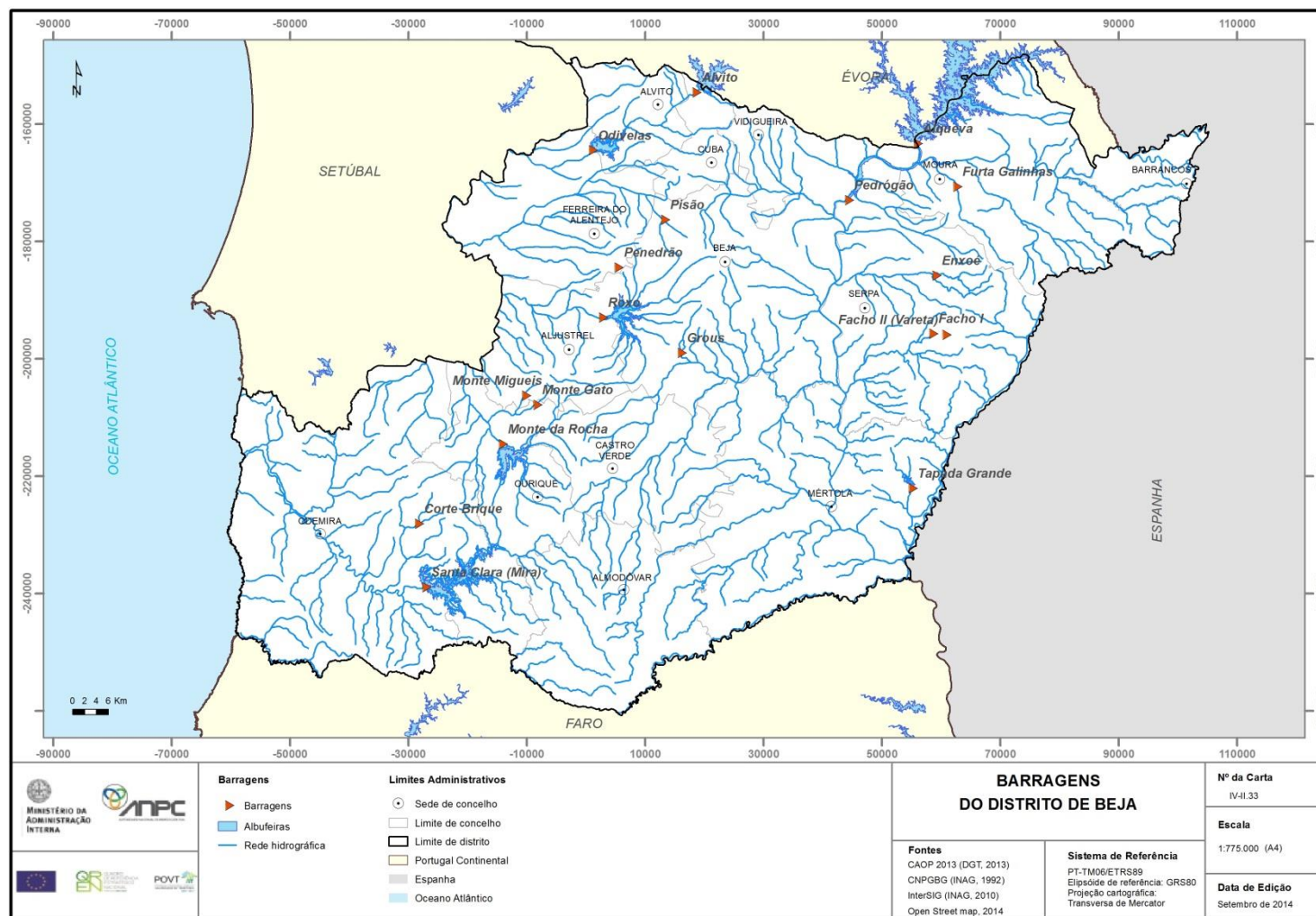


Figura A1.15 – Barragens no distrito de Beja

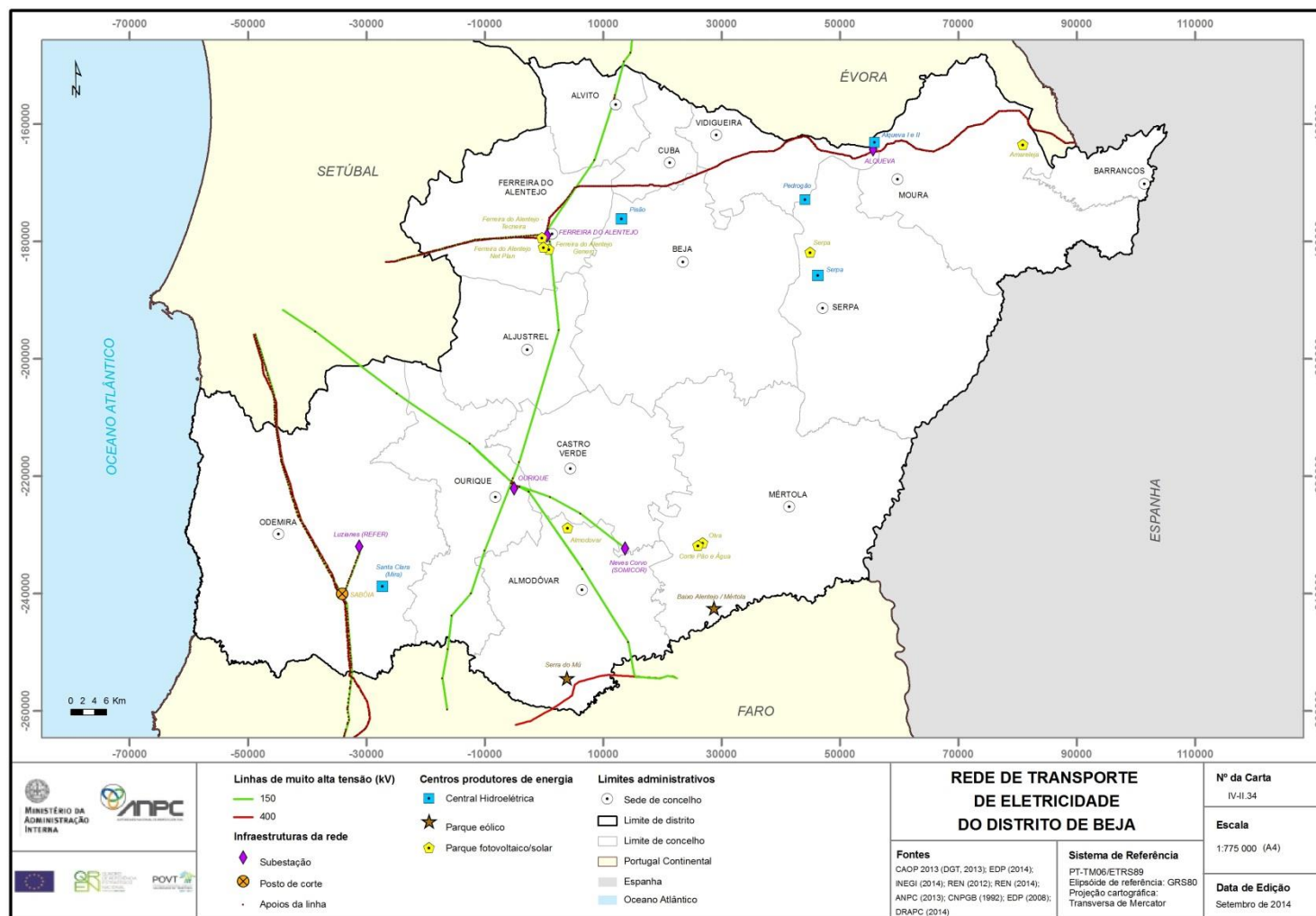


Figura AI.16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica

PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BEJA

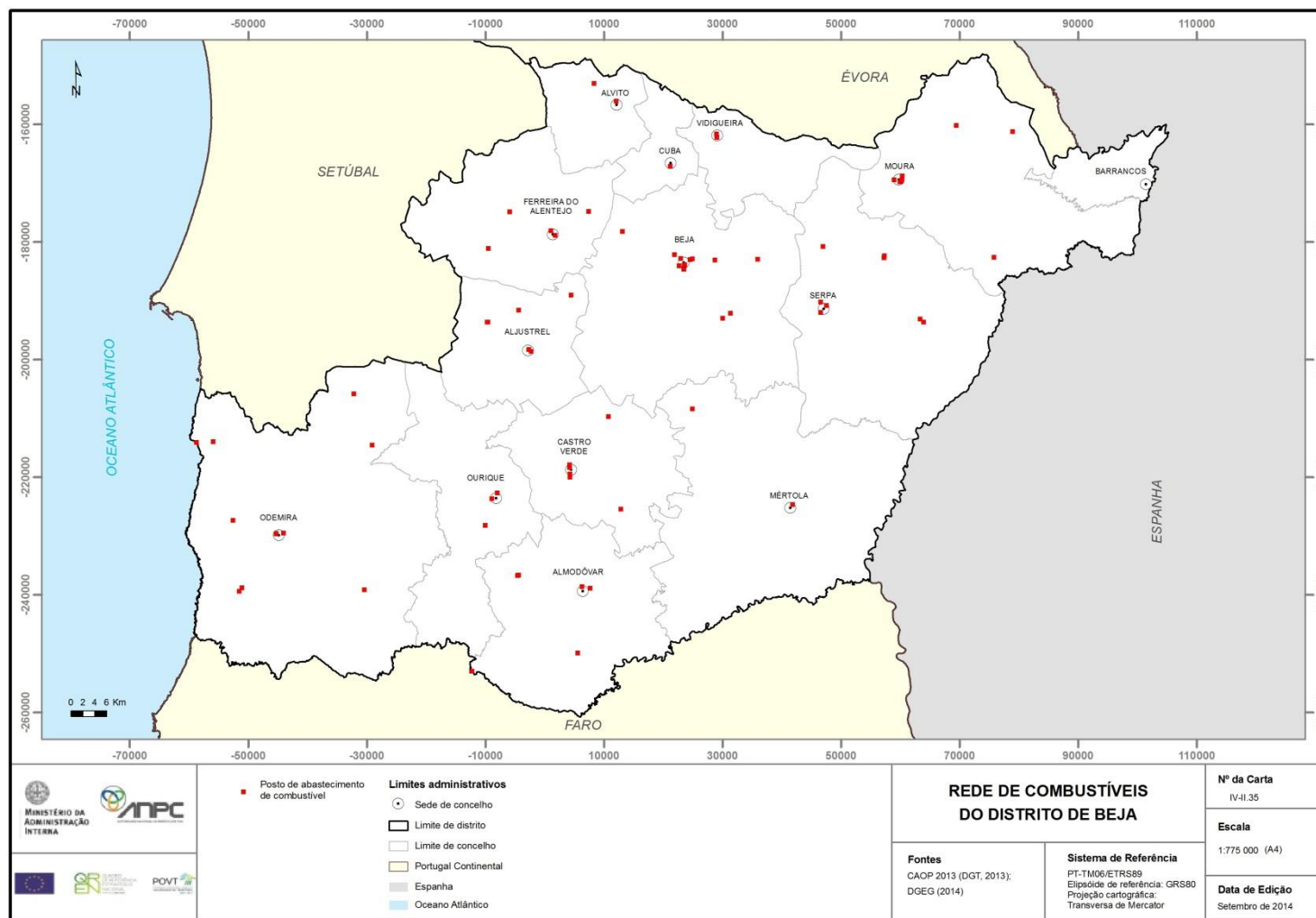


Figura AI.17 – Postos de abastecimento de combustível

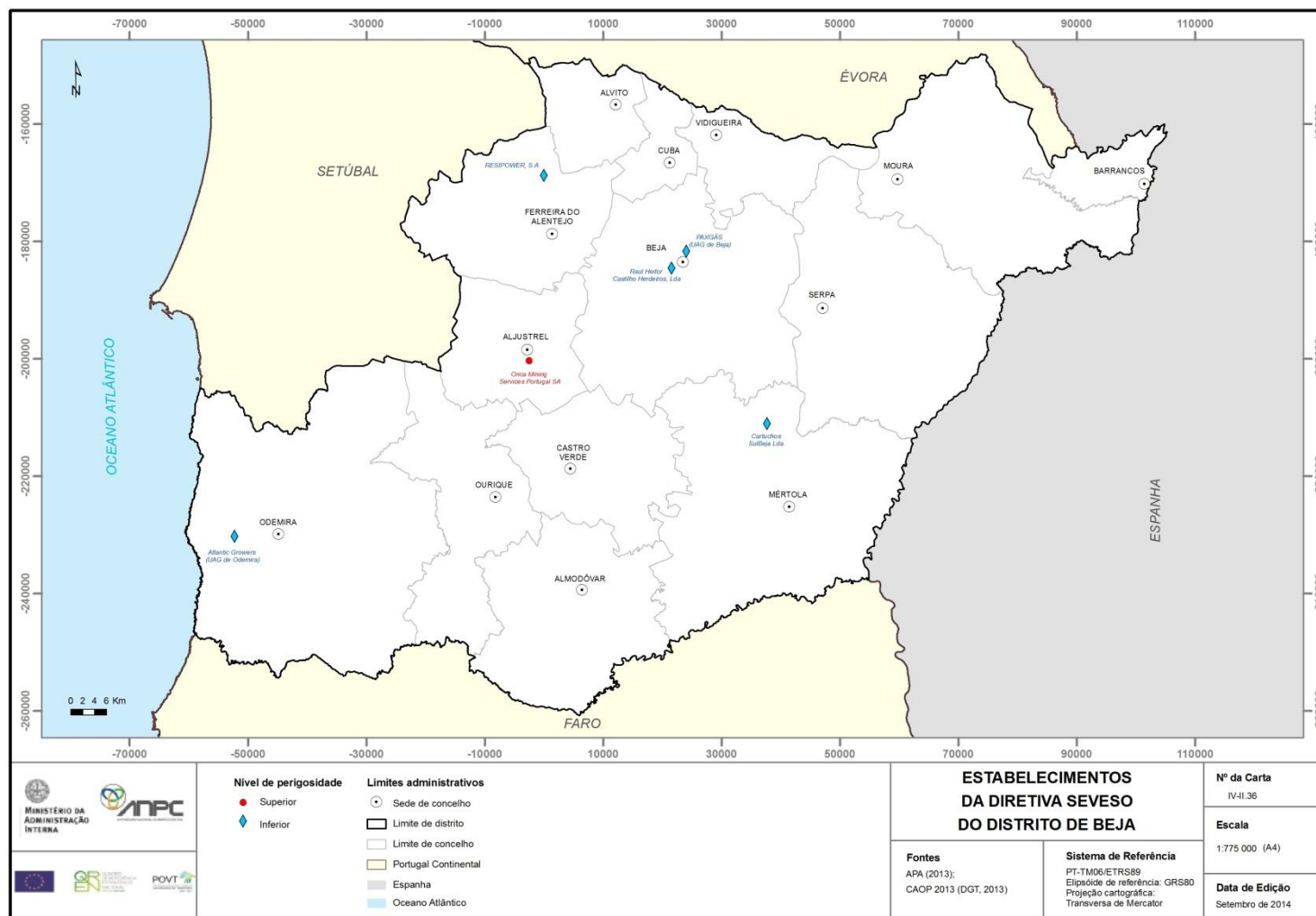


Figura AI.18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso

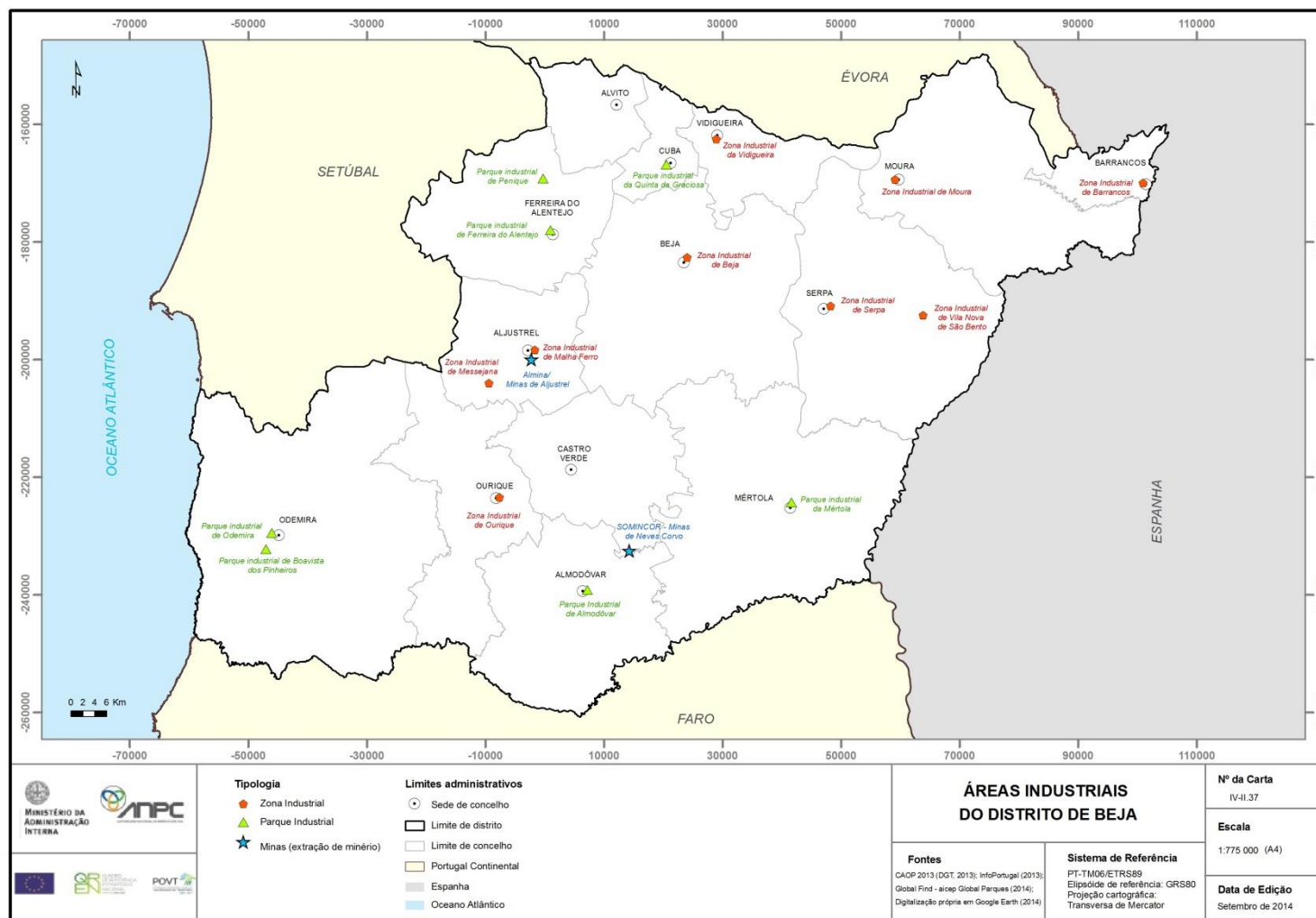


Figura A1.19 – Áreas industriais

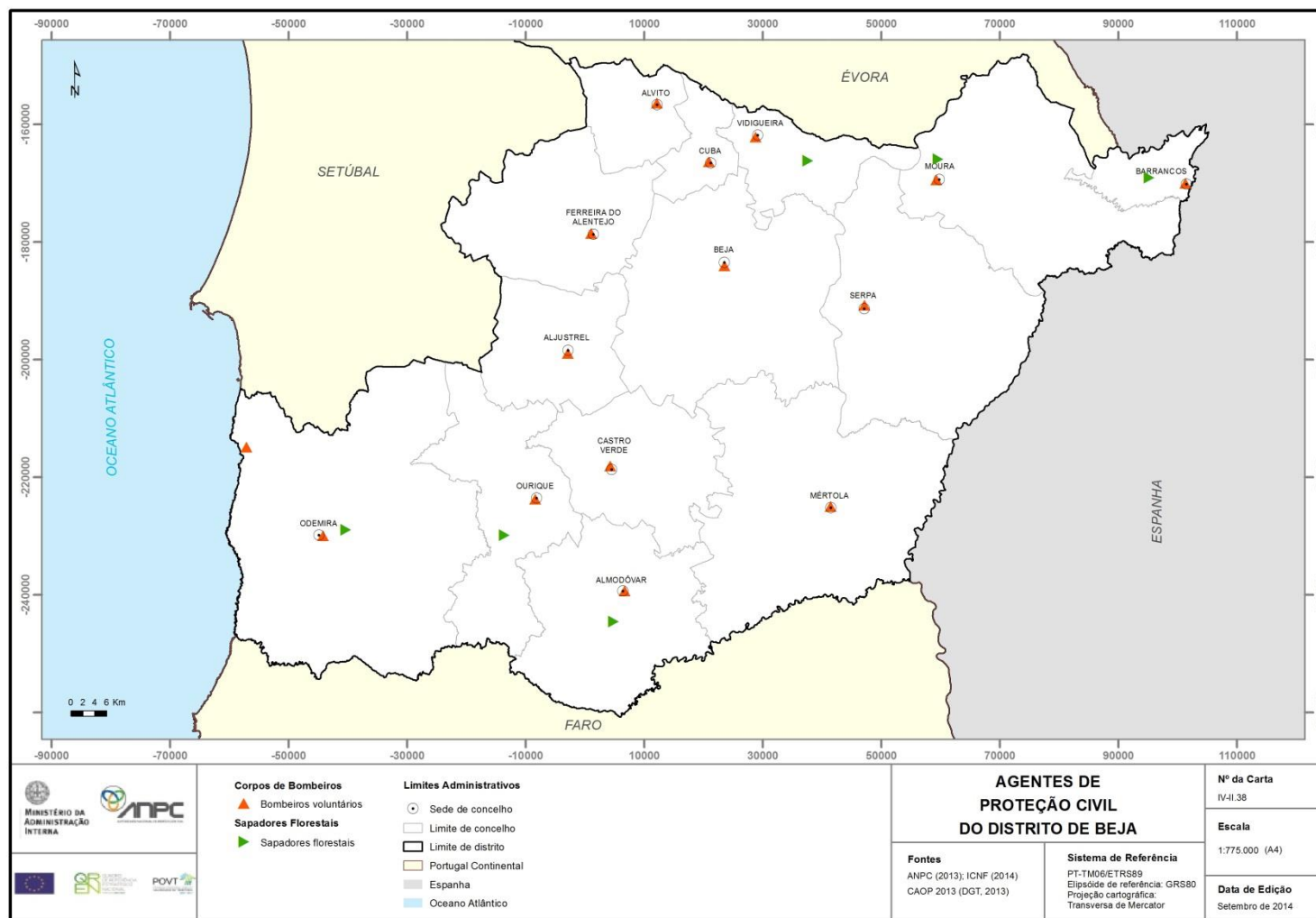


Figura A1.20 – Agentes de Proteção Civil – instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais

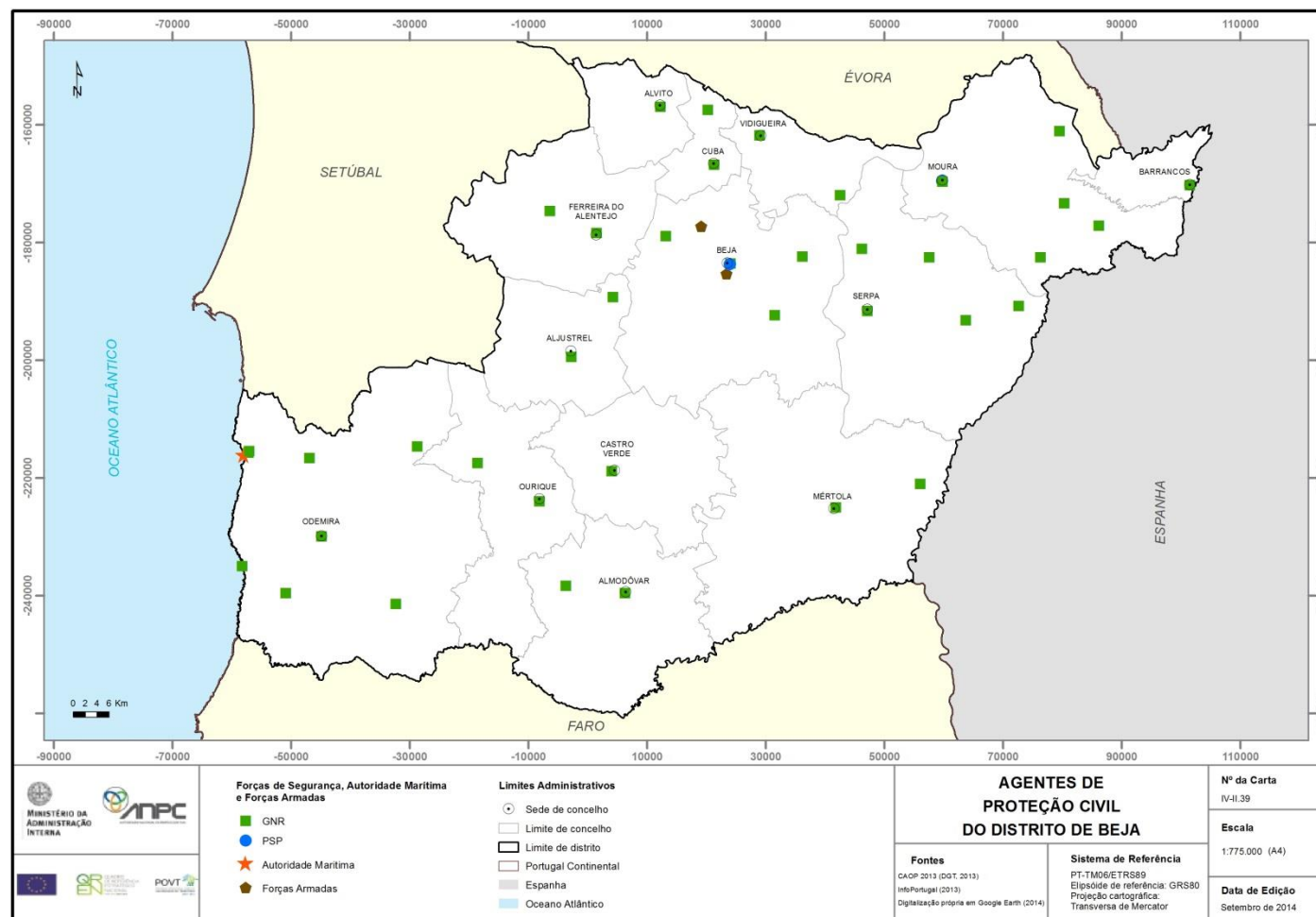


Figura A1.21 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas³⁴

³⁴ A informação apresentada da Autoridade Marítima é a que se encontra disponível nas bases de dados utilizadas, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada da estação salvavidas de Vila Nova de Milfontes.

PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BEJA

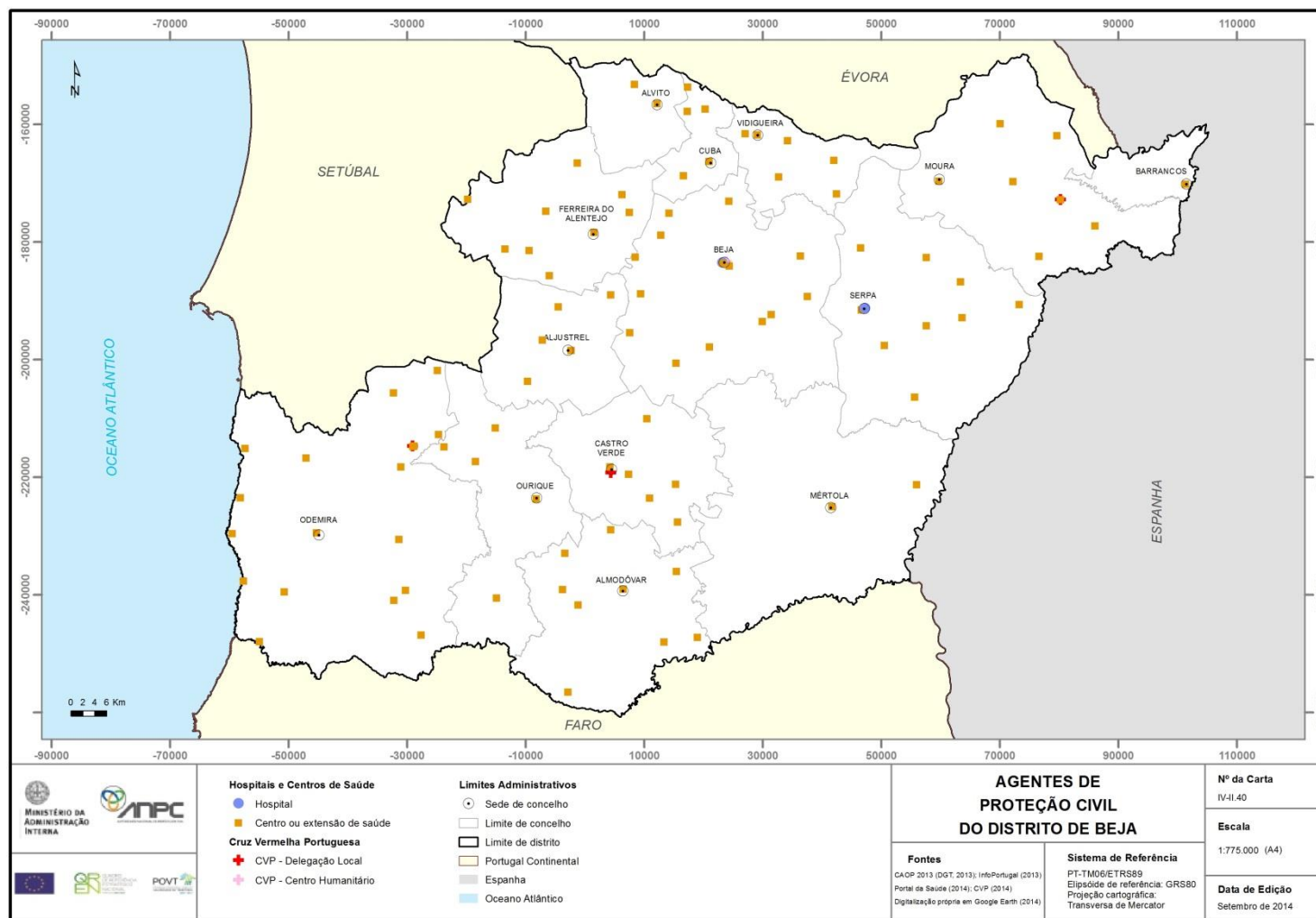


Figura A1.22 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa

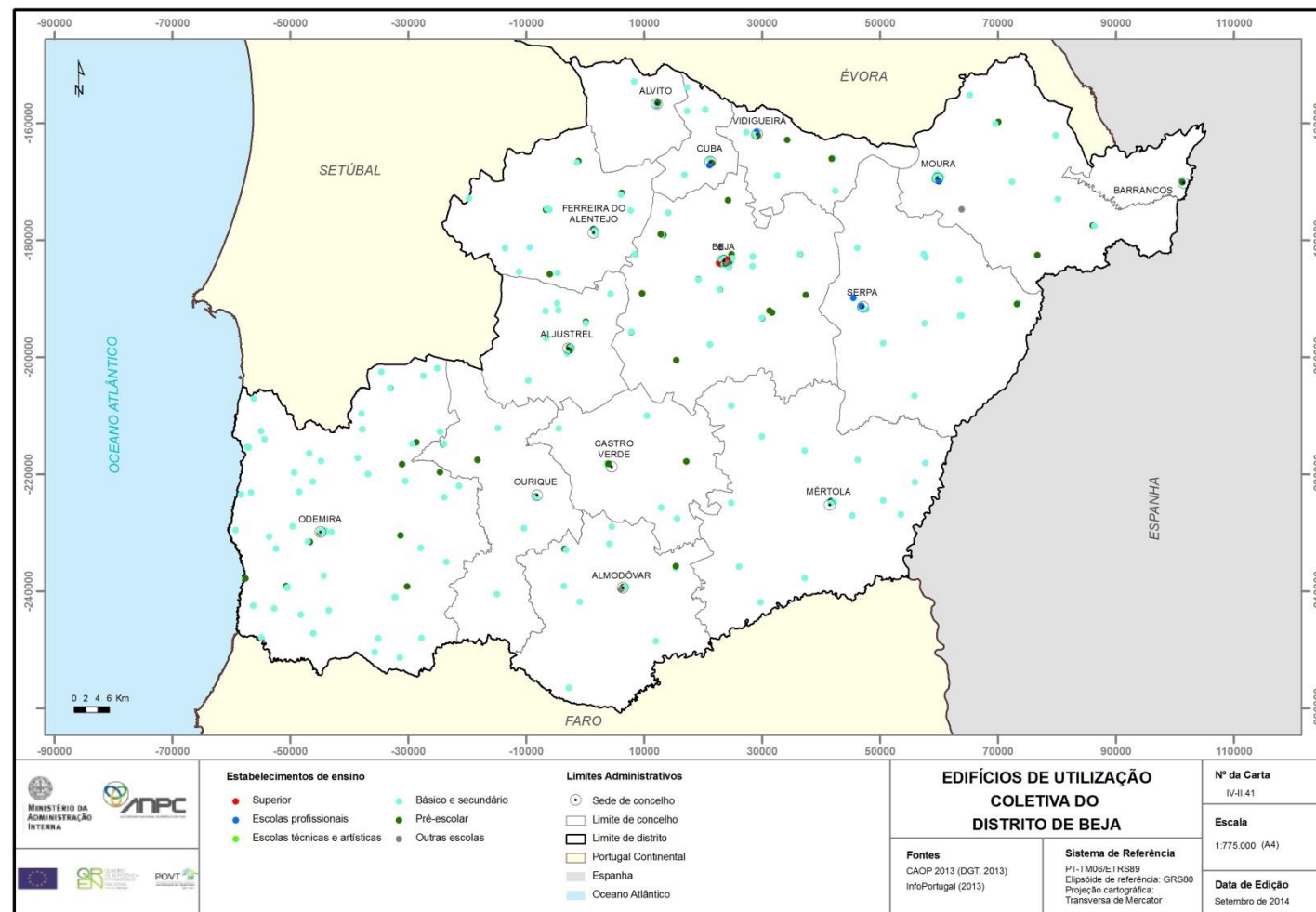


Figura A1.23 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino³⁵

³⁵ A informação apresentada corresponde à que se encontra disponível na base de dados utilizada da InfoPortugal, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada dos dados constantes do ETOPS.

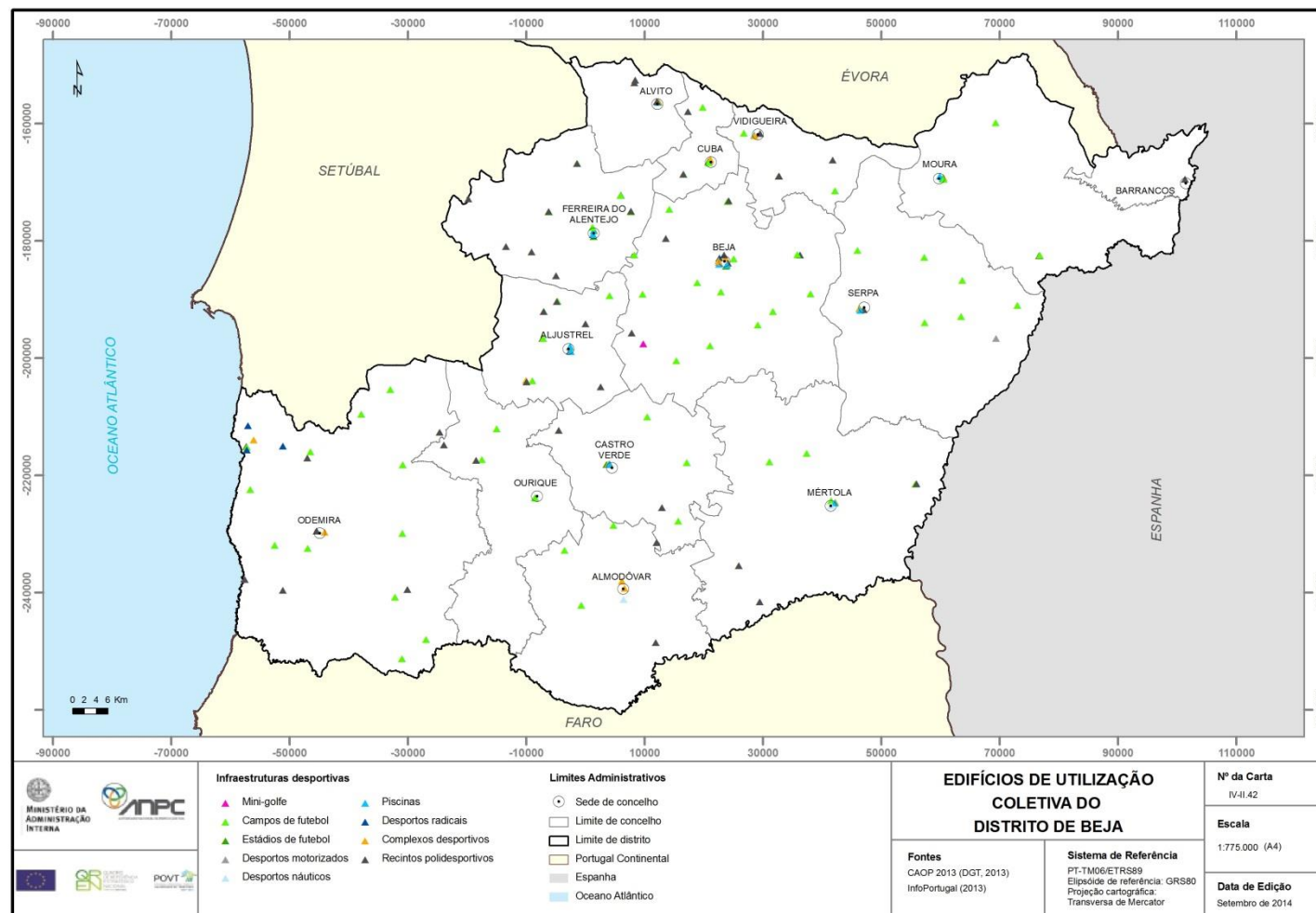


Figura A1.24 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas³⁶

³⁶ A informação apresentada corresponde à que se encontra disponível na base de dados utilizada da InfoPortugal, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada dos dados constantes do ETOPS.

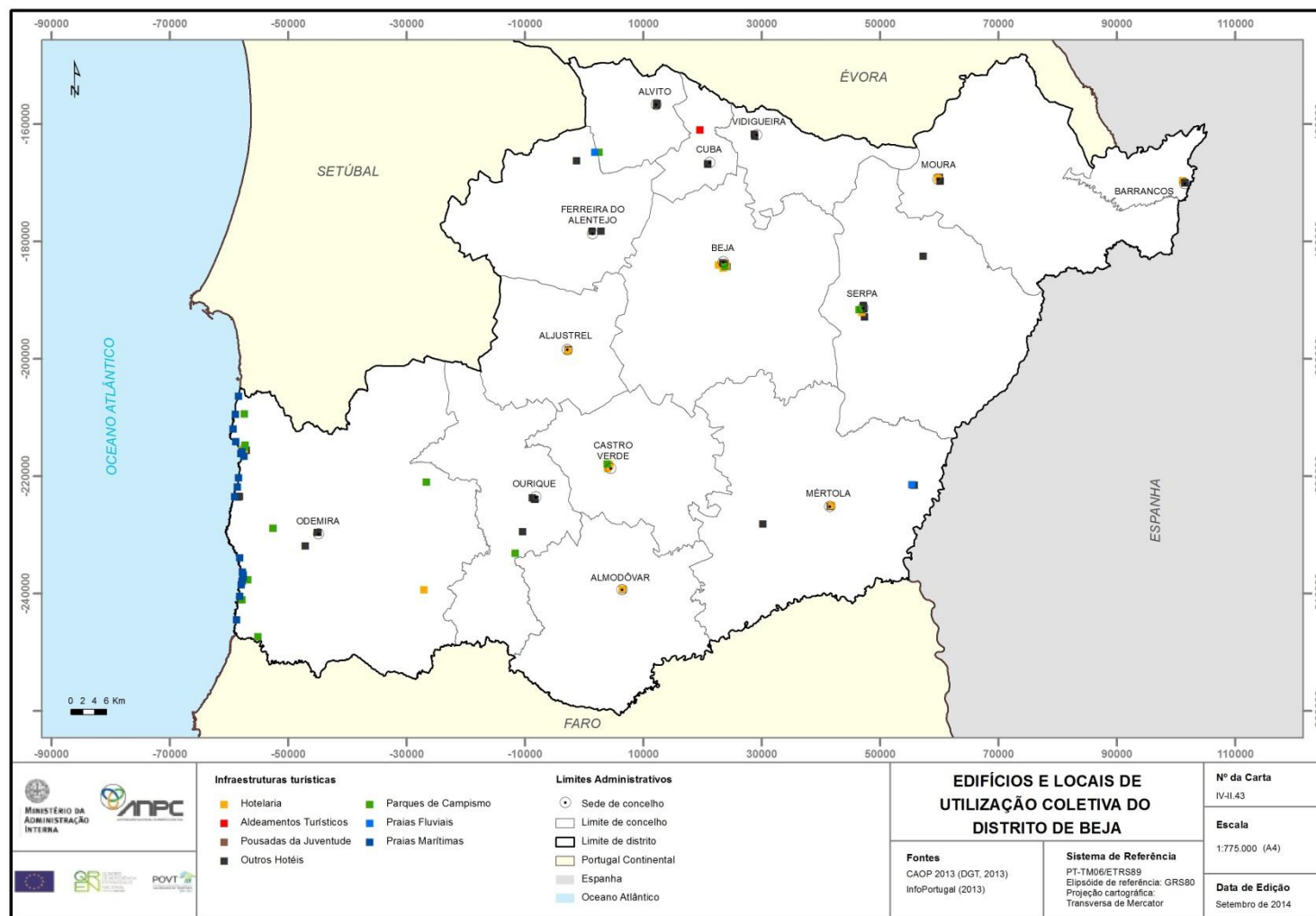


Figura A1.25 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas

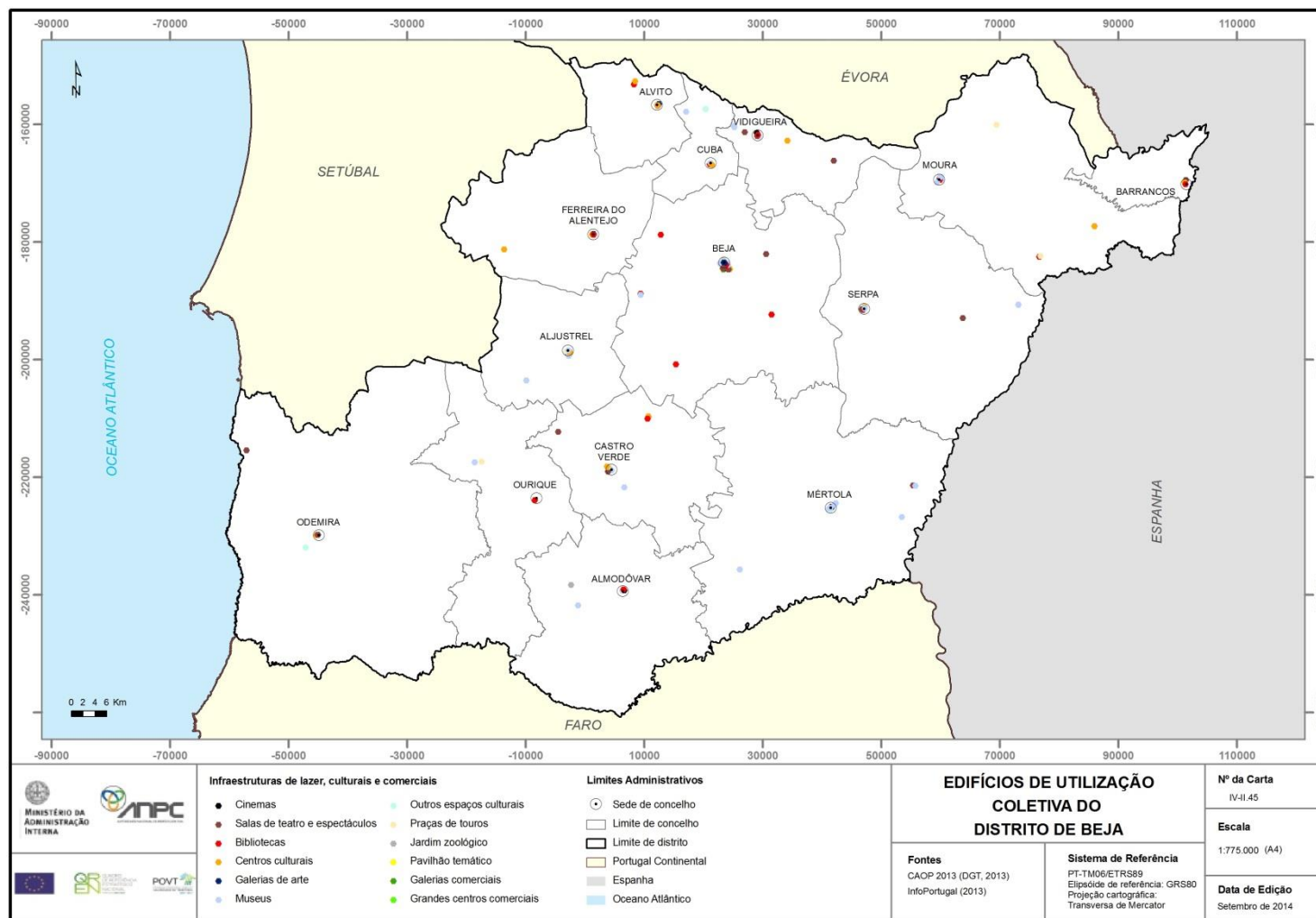


Figura A1.26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais

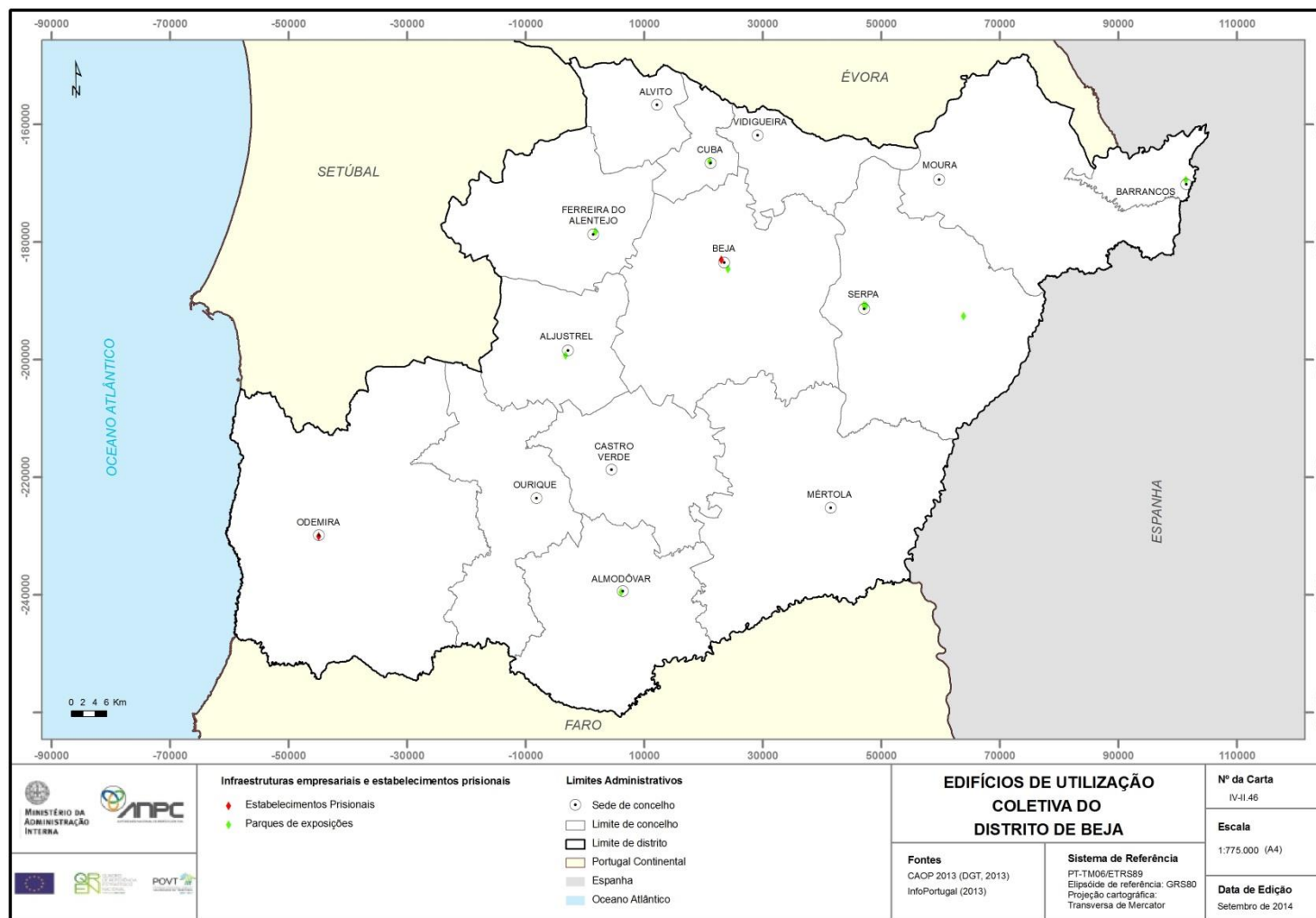


Figura A1.27 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais

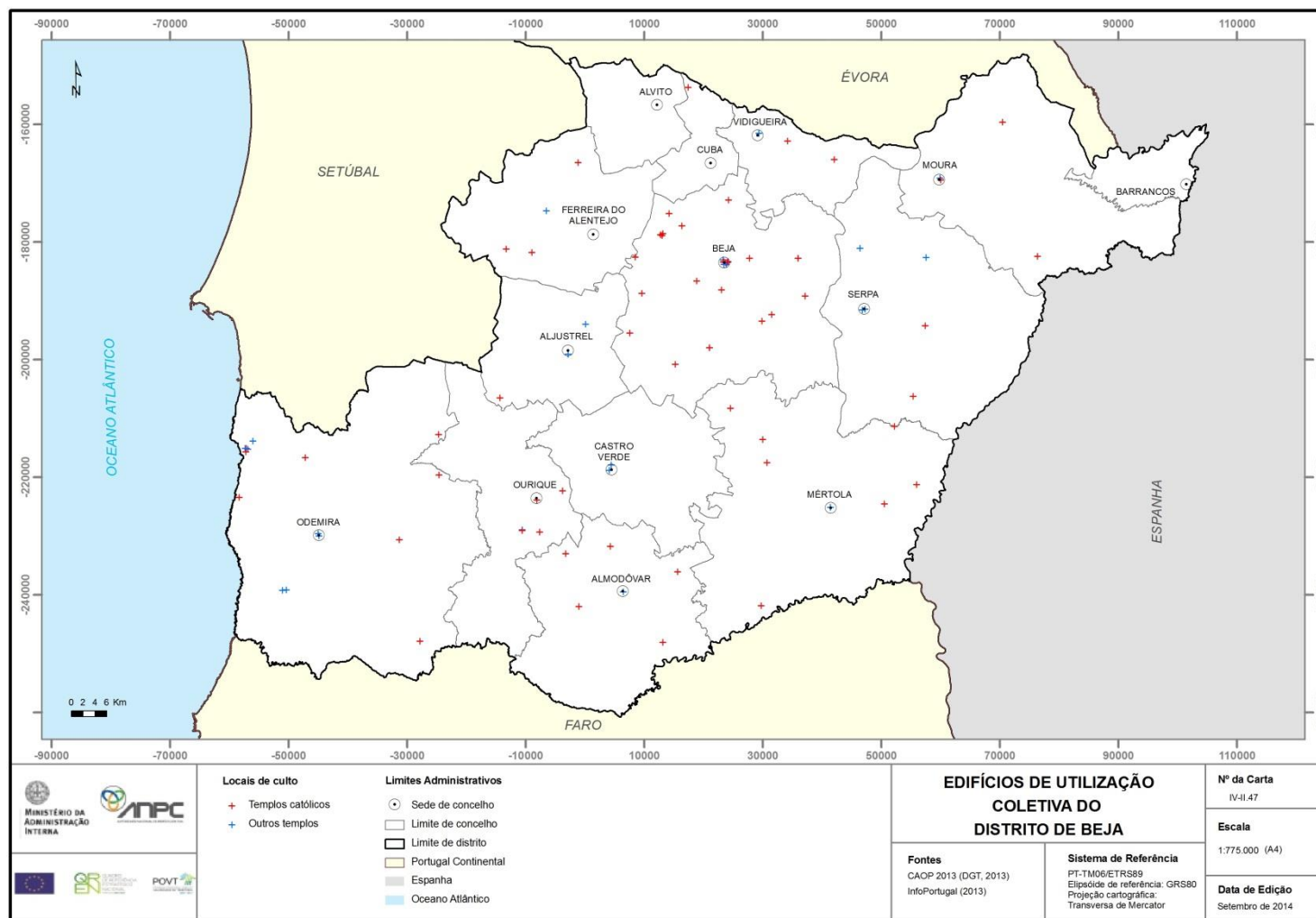


Figura A1.28 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto

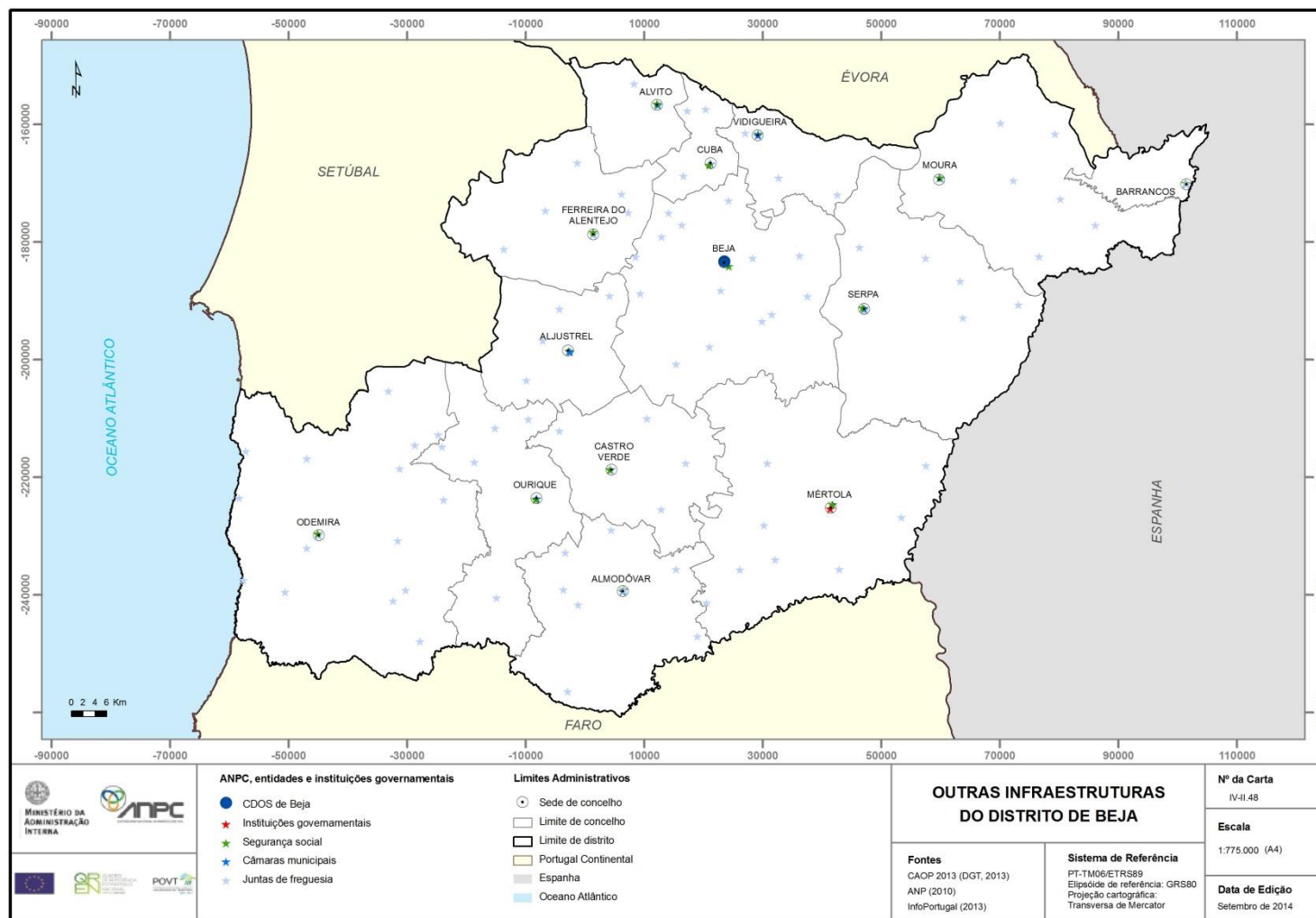


Figura A1.29 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais

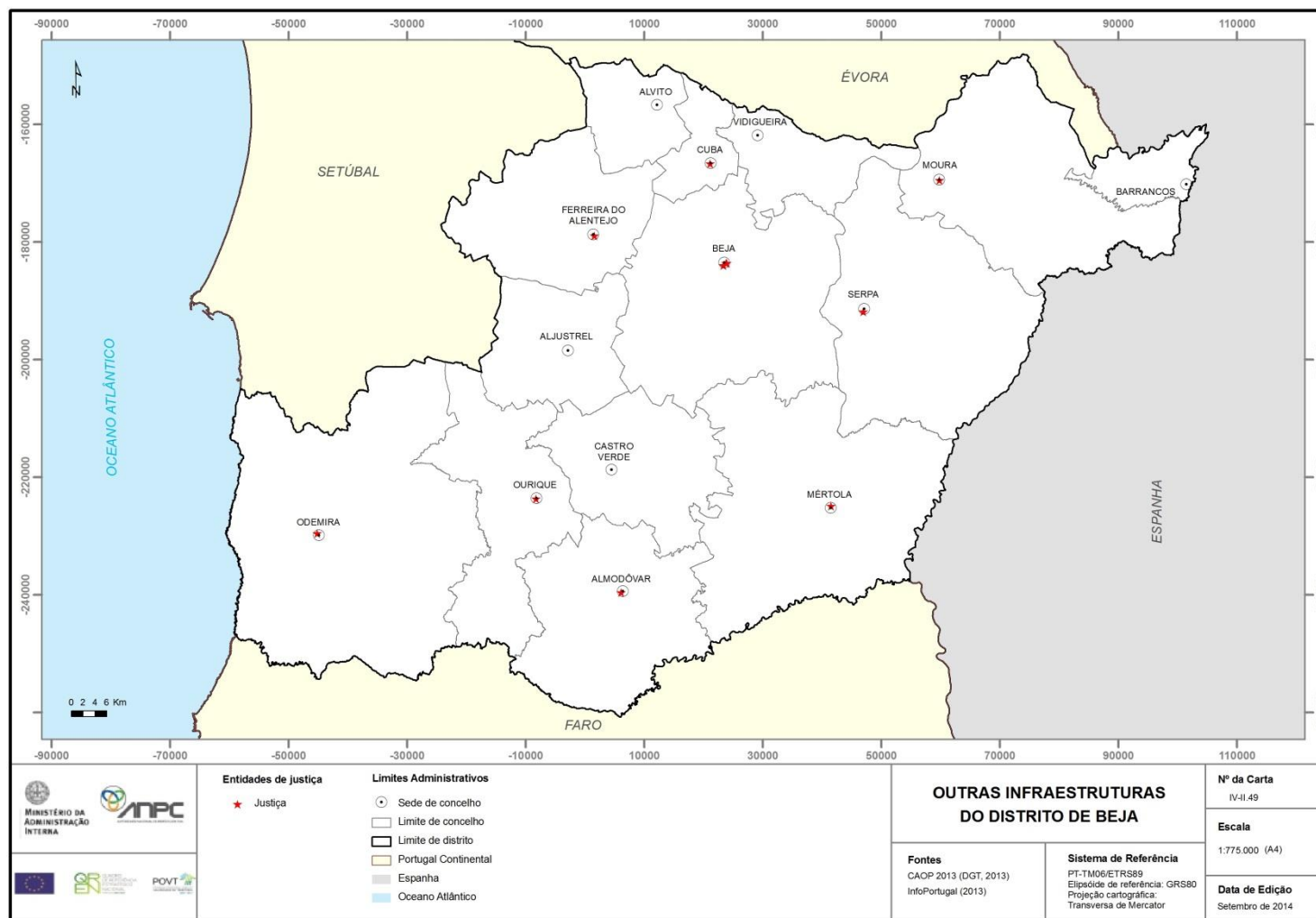


Figura A1.30 – Outras infraestruturas – entidades de justiça

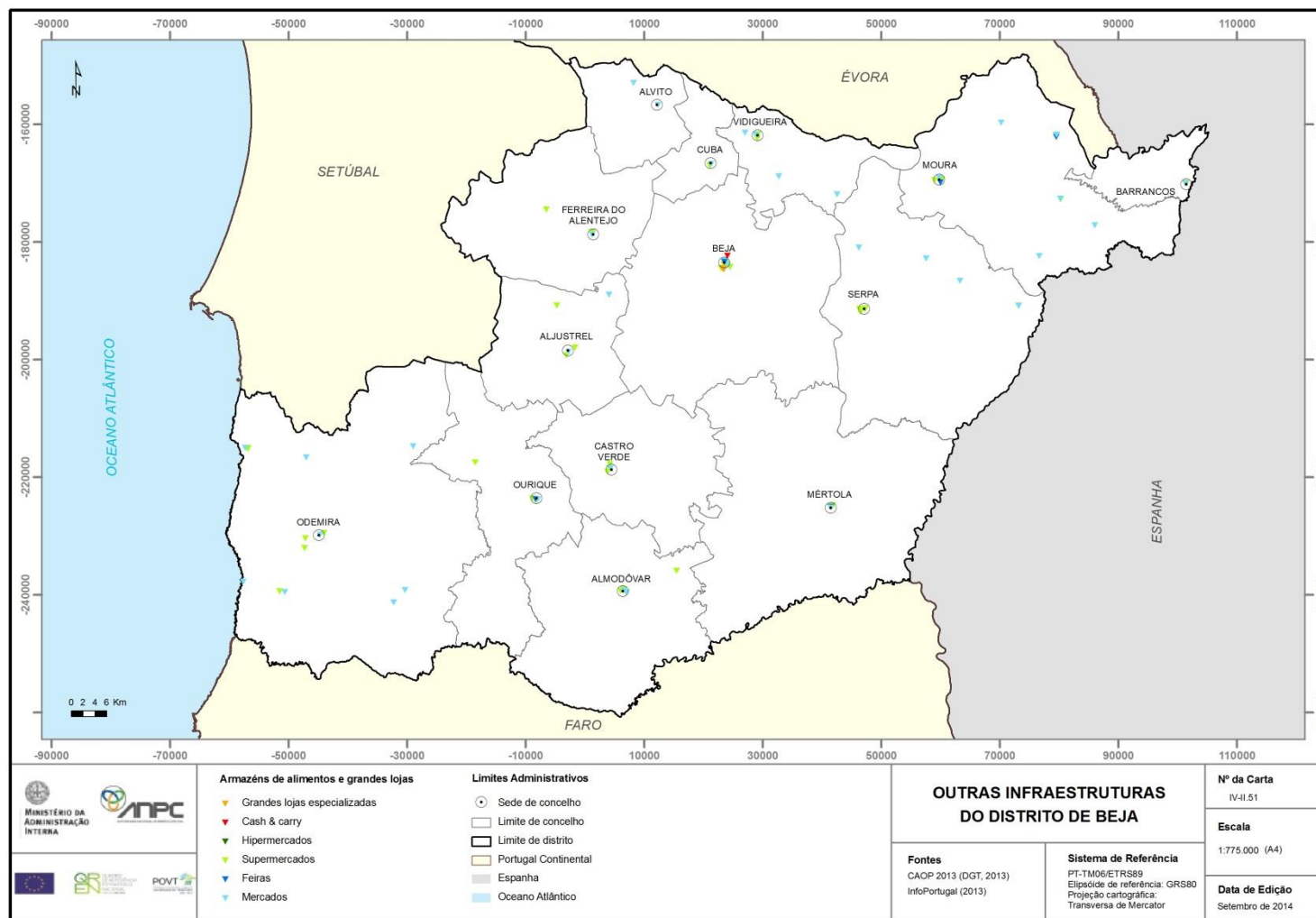


Figura A1.31 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas

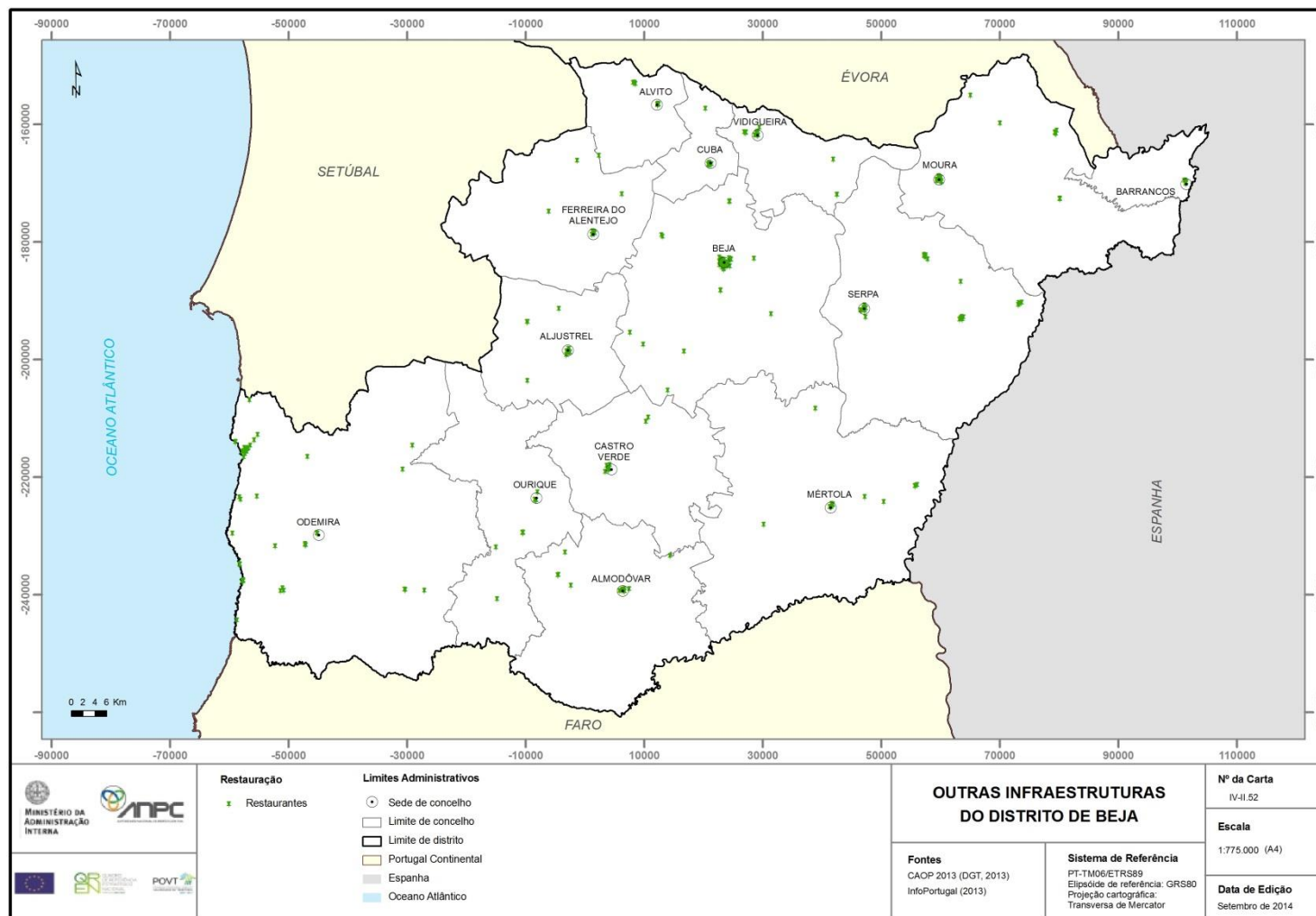


Figura AI.32 – Outras infraestruturas – restauração

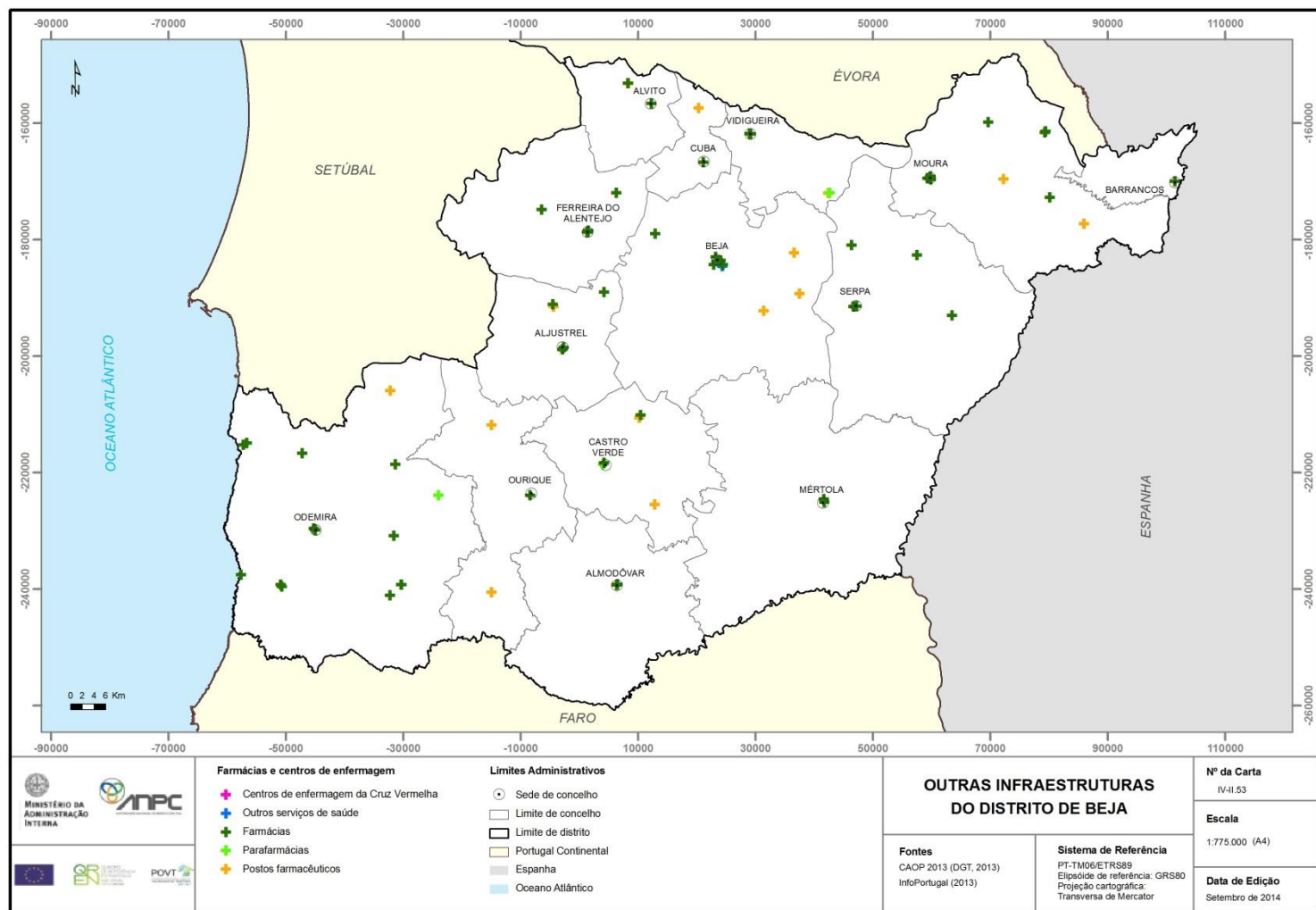


Figura AI.33 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem

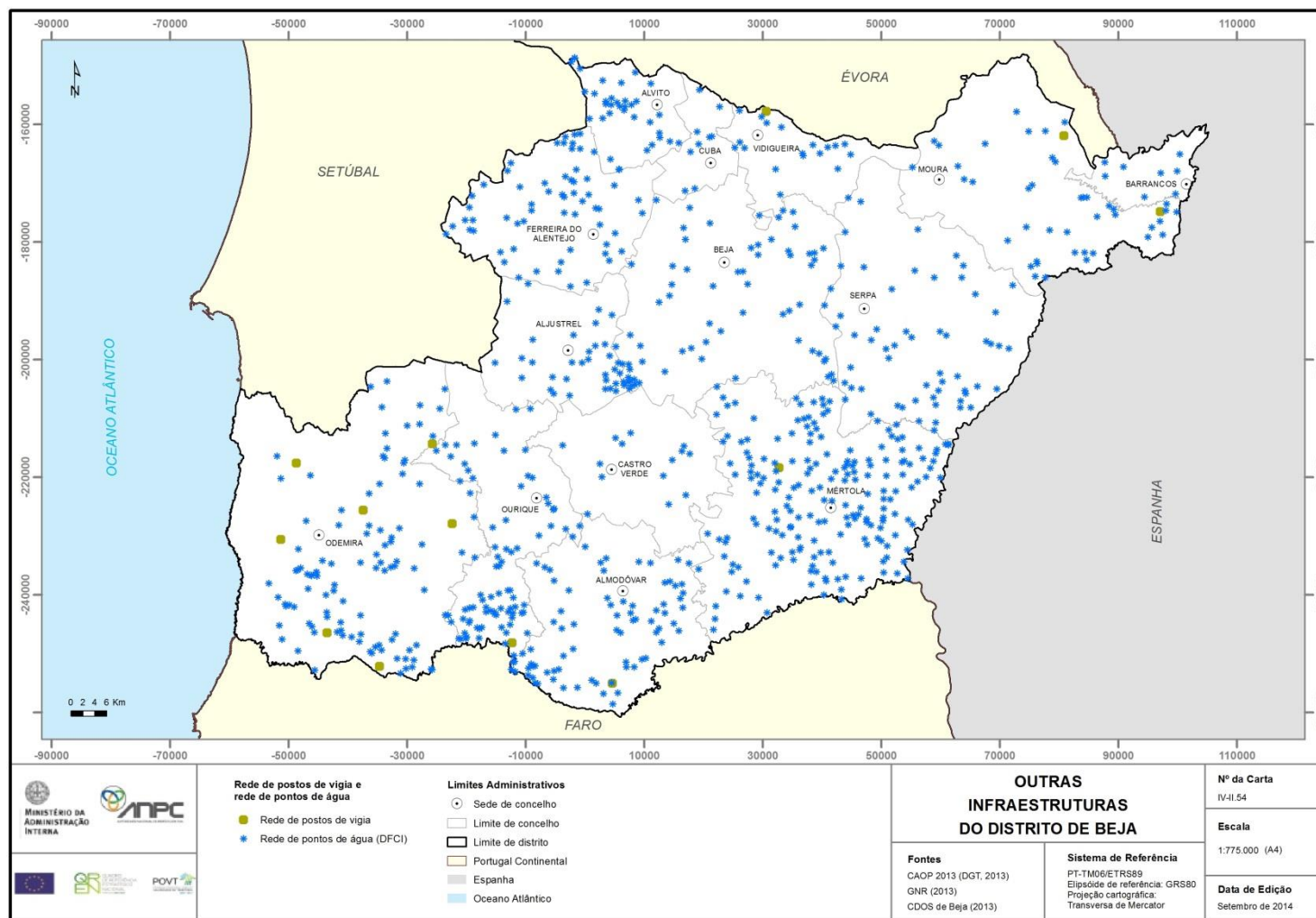


Figura A1.34 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água

ANEXO II

Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano

1. Medidas de prevenção, mitigação, proteção e autoproteção

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes face aos riscos predominantes neste território, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/ educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por agentes de proteção civil e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no Ponto I.3 incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

1.1. Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de proteção civil³⁷, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como à manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- A promoção da realização de exercícios nos diferentes níveis e auxiliar na definição das áreas de intervenção a avaliar;

³⁷ N.º 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou.

- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais, municipais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis);
- A aquisição de equipamentos de apoio (por exemplo para estabilização de infraestruturas e de apoio à remoção de pessoas sob escombros).

1.2. Estratégias específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território nacional, bem como indicar os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

1.2.1. Riscos de origem natural

Tabela AII.1 – Estratégias de mitigação para ondas de calor

Ondas de calor
Realizar, com especial incidência nos hospitais e estabelecimentos de apoio a idosos e crianças, campanhas de sensibilização imediatamente antes e durante o verão, alertando para os riscos associados às ondas de calor e procedimentos a serem adotados pela população em geral e pela população mais sensível.

Tabela AII.2 – Estratégias de mitigação para vagas de frio

Vagas de frio
Realizar, com especial incidência nas épocas de frio, campanhas de sensibilização de melhoramento das condições de isolamento dos edifícios.
Garantir o acompanhamento da população sem-abrigo de modo a conhecer a sua localização e divulgar procedimentos a seguir.
Promover ações de proximidade que possam constituir apoio em especial às populações idosas e comunidades isoladas.
Realizar campanhas de sensibilização indicando medidas a serem adotadas e alertando para a importância da população estar atenta aos avisos divulgados pelo IPMA.

Tabela AII.3 – Estratégias de mitigação para seca

Seca
Aprofundar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens nacionais e definir níveis a partir dos quais deverão ser tomadas medidas de emergência.

Seca
Definir procedimentos de controlo da quantidade de água consumida, como por exemplo corte de água em períodos específicos do dia, medidas a serem adotadas/ difundidas pela população, etc.
<p>Ao nível da legislação realça-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra secas, nomeadamente (artigo 41.º) programas de intervenção e prioridades de abastecimento; • Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração; • Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.

Tabela AII.4 – Estratégias de mitigação para cheias e inundações

Cheias e inundações
Aprofundar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens e dos leitos dos cursos de água.
Realizar, com especial incidência junto da administração local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as albufeiras.
Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia.

Tabela AII.5 – Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros

Inundações e galgamentos costeiros
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil (salvaguarda de bens, colocação de barreiras nas zonas de acesso aos pisos térreos, etc.).
Garantir a eficiência dos mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis aos riscos.
Implementar ou acompanhar um sistema de monitorização destes riscos costeiros de forma contínua.
Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.

Tabela AII.6 – Estratégias de mitigação para sismo

Sismos
Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os agentes de proteção civil que deverão estar situados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.
Sensibilizar o poder local para as obrigações decorrentes da Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto - Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos.
Acompanhar a evolução dos planos diretores municipais ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica.

Sismos
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo.
<p>Ter previstos planos prévios de intervenção como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (jovens e idosos) e entidades responsáveis pela mesma. • Ter definidas previamente a constituição de várias equipas de avaliação de estabilidade de infraestruturas a ativar em caso de necessidade. • Procedimentos de estabilização de infraestruturas em risco de colapso e meios materiais e humanos disponíveis para a sua implementação.

Tabela AII.7 – Estratégias de mitigação para tsunamis

Tsunamis
Realizar exercícios CPX associados à ativação do PDEPC devido a tsunamis. Avaliar eficácia e eficiência de procedimentos de evacuação e aviso nas zonas de maior suscetibilidade.
<p>Desenvolver planos prévios de intervenção que incluam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipas responsáveis pelo aviso à população; • Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (jovens e idosos) e entidades responsáveis pela mesma.
Implementar sistemas sonoros de aviso de risco de tsunami.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo ou de aviso de tsunami em particular em edifícios de utilização coletiva (escolas, etc.).

Tabela AII.8 – Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes

Movimentos de massa em vertentes
<p>Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas.</p>
<p>Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; • Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
<p>Promover o cumprimento da legislação relativa à Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, que estabelece as orientações estratégicas e o quadro metodológico de definição da Reserva Ecológica Nacional (REN), e que integra como uma das áreas de prevenção e redução de riscos naturais as “Áreas de Instabilidade de Vertentes”, definidas como áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.</p>
<p>Realizar simulacros de modo a avaliar constrangimentos ao nível do tempo previsto para a implementação de ações no terreno. Os simulacros terão ainda por objetivo avaliar o tipo e eficácia das medidas de proteção a implementar.</p>
<p>Promover uma “consciência preventiva do risco” entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização de coexistência com a dinâmica do meio físico mitigando as consequências associadas aos movimentos de massa em vertente. Estas ações podem incluir, por exemplo, a realização de ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ocorrência de movimentos de massa.</p>

Movimentos de massa em vertentes
Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas, através de parcerias com a comunidade académica.
Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de garantir que todos os deslizamentos de terras registados em território distrital (ocorrências registadas pelos agentes de proteção civil) são estudados e catalogados. Esta ação terá por finalidade a constituição de uma base de dados a partir da qual se irão melhorar, de forma contínua, as metodologias de produção cartografia de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes.
Avaliar a implementação de sistema de monitorização contínua no tempo associados a sistemas de alerta no âmbito dos movimentos de massa em vertentes.

Tabela AII.9 – Estratégias de mitigação para erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas

Erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas
Acompanhar a monitorização por parte da APA do estado das arribas das zonas identificadas como sendo de elevada suscetibilidade a acidente.
Garantir que o concelho de Odemira desenvolve ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade (informar a população das zonas de maior risco e indicar para se afastarem tanto quanto possível das arribas).
Avaliar juntamente com a autarquia de Odemira a possibilidade de se vedar o acesso a algumas zonas em articulação com a Autoridade Marítima local.
Avaliar com entidades de apoio, como por exemplo o LNEC, as possibilidades de implementação de ações de estabilização de arribas e difundir os dados/metodologias obtidos às entidades com competências na matéria (APA, autarquia, etc.).
Apoiar a colocação de painéis informativos na entrada das zonas balneares com a localização das zonas de elevada suscetibilidade e perigo de derrocada da arriba.

Erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas
Estabelecer um conjunto regras no âmbito de intervenções urbanas em zonas de arriba.
Promover levantamentos anuais topo-hidrográficos e aerofotogramétricos dos troços mais críticos relativos à erosão e instabilidade das arribas da orla costeira.
Avaliar soluções alternativas às intervenções pesadas de defesa costeira, com análise de custos e benefícios incluindo a reavaliação do ordenamento dos espaços públicos e das frentes urbanas.
Apoiar a aplicação das regras do POOC nas áreas sujeitas a erosão do litoral, em arribas e à acreção sedimentar.

Tabela AII.10 – Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares

Erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares
Acompanhar intervenções nas zonas costeiras definidas como sendo de elevada suscetibilidade a destruição de praias e sistemas dunares, em particular a construção de esporões, de modo a avaliar junto das entidades competentes eventuais zonas de intensificação erosiva e suas consequências ao nível de afetação de infraestruturas por inundações e galgamentos costeiros.
Apoiar a monitorização da zona costeira relativamente às zonas de maior vulnerabilidade de modo a prever potenciais situações críticas e desencadear-se medidas de mitigação por parte das entidades com competências de intervenção na zona afetada.
Acompanhar os mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis.
Promover a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira.
Monitorizar as intervenções e estruturas de defesa costeira e respetivas áreas adjacentes.

Erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares

Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.

1.2.2. Riscos tecnológicos

Tabela All.11 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários

Acidentes rodoviários
Promover a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes rodoviários, a qual deverá compreender as coordenadas dos acidentes ocorridos e informação complementar relativa à tipologia do acidente, ao número de vítimas envolvidas e ao tipo de veículos envolvido.
Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.)
Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas.
Realizar exercícios e analisar a sua eficácia e eficiência e identificando constrangimentos operacionais.
Garantir a elaboração/atualização dos planos prévios de intervenção para as principais vias do distrito.
Fomentar a articulação e a interoperabilidade de dados e processos entre as diferentes entidades envolvidas na prevenção e socorro de forma a consolidar a obtenção de dados a médio e longo prazo.

Tabela AII.12 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários

Acidentes ferroviários
Promover a realização de simulacros envolvendo a ativação dos planos específicos da IP, S.A. e CP e sua articulação com os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.
Fomentar a interoperabilidade das bases de dados de registos de acidentes ferroviários e estimular a inclusão de informação adicional relativa às coordenadas geográficas dos acidentes, ao número e tipologia de vítimas e à tipologia de composições envolvidas.

Tabela AII.13 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais

Acidentes fluviais
Agilizar a articulação entre o CDOS e as entidades competentes e com capacidade de gestão das águas navegáveis em território distrital através da realização de simulacros formação partilhada e estabelecimento de canais privilegiados de comunicação de dados, informação e capacidade operacional.

Tabela AII.14 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos

Acidentes aéreos
Promover a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes aéreos, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas da queda das aeronaves.

Tabela AII.15 – Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
Promover a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas (por rodovia e ferrovia), a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas geográficas dos mesmos.

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
Promover a elaboração/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias rodoviárias e ferroviárias no distrito de Beja. Estes deverão compreender procedimentos a serem adotados de acordo com diferentes tipologias de substâncias perigosas, incluindo os meios necessários para a mitigação do risco.
Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.
Realizar periodicamente exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.
<p>Promover o cumprimento da legislação relativa a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro; Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.

Tabela AII.16 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos

Incêndios urbanos
Promover a realização de exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) e sua evacuação.
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e respetivos agentes de proteção civil) tendo em vista avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a incêndios urbanos.

Incêndios urbanos
Contribuir para o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela AII.17 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos

Incêndios em centros históricos
Promover a realização de exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) localizados em centros históricos e sua evacuação.
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e agentes de proteção civil) tendo em vista a avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a incêndios em centros históricos.
<p>Promover a existência de planos prévios de intervenção para os principais centros históricos do distrito. Estes deverão compreender estratégias de intervenção relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sectorização do teatro de operações; • Meios a mobilizar automaticamente para a zona de concentração e reserva; • Procedimentos de desimpedimento de vias por viaturas (mobilização de elevado número de reboques a estacionar na zona de concentração e reserva, por exemplo).
Contribuir para o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela AII.18 – Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos

Colapso de pontes e viadutos
Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de pontes e viadutos.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio, relativo ao Regulamento de Segurança e Ações para estruturas de edifícios e pontes.

Tabela AII.19 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)

Substâncias perigosas (acidentes industriais)
Acompanhar a elaboração e revisão dos Planos de Emergência Internos (PEI) e dos Planos de Emergência Externos (PEE) dos estabelecimentos de nível superior de perigosidade abrangidos pela Diretiva Seveso.
Participar nos exercícios/simulacros relativos aos PEE e aos PEI dos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
Acompanhar a divulgação à população (pelos SMPC do distrito com a colaboração do operador do estabelecimento) de medidas específicas de autoproteção a adotar em caso de acidente grave nos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
Ao nível da legislação em vigor, importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> Garantir a incorporação nos Planos Diretores Municipais das distâncias de segurança entre os estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis; Acompanhar a elaboração e revisão de relatórios de segurança.

Tabela AII.20 – Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva

Colapso de edifícios de utilização coletiva
Promover junto dos SMPC, exercícios envolvendo a evacuação dos edifícios de utilização coletiva (caberá aos SMPC organizar estes exercícios).
Apreciar as medidas de autoproteção destes edifícios (de acordo o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro).

Tabela AII.21 – Estratégias de mitigação para emergências radiológicas

Emergências radiológicas
Ao nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho, que estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, fixando as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.
Esta legislação define, em matéria de mitigação do risco, a criação de uma rede de vigilância e alerta, as entidades responsáveis pela informação à população e a necessidade de se produzirem planos de emergência internos e externos.

1.2.3. Riscos mistos

Tabela AII.22 – Estratégias de mitigação para incêndios florestais

Incêndios florestais
Garantir a articulação entre o Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o PDEPC.
Planear a gestão de faixas de combustível.
Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.

Incêndios florestais
Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos distritais, por forma a adequar a vigilância e as campanhas de sensibilização.
Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
Melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Melhorar as infraestruturas e logística de suporte à DFCI.
Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Tabela AII.23 – Estratégias de mitigação para rutura de barragens

Rutura de barragens
Promover a produção de cartografia das zonas afetadas pelas ondas de cheia e os tempos associados à sua progressão (informação a constar nos Planos de Emergência Externos).
Desenvolver campanhas de informação junto da população potencialmente afetada em caso de rutura de barragens.
<p>Promover o cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens (Decreto-Lei nº 344/2007, de 15 de outubro) nomeadamente ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos planos de observação, em colaboração com o LNEC para as barragens de Classe I; • Conclusão da elaboração dos planos internos e externos das barragens, de classe I; • Fiscalização do cumprimento das obrigações do dono de obra, nomeadamente ao nível da operacionalidade das infraestruturas de aviso nas zonas de autossalvamento.

2. Programa de Exercícios

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PDEPCB e a validação dos pressupostos nele contidos, serão realizados exercícios com periodicidade máxima de dois (2) anos, os quais poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Tais exercícios poderão ser do tipo CPX (Comand Post Exercise), TTX (*Table Top Exercise*) ou LIVEX (Live Exercise).

ANEXO III

Diagrama da Rede Rádio Distrital

